

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**OGRONEGÓCIO: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA
FUNDIÁRIA BRASILEIRA
NO PERÍODO 1995-2010**

LÍCIA DE CASTRO RODRIGUES

Matrícula nº107.385.779

ORIENTADOR: PROF. DR. René Louis de Carvalho

AGOSTO DE 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**OGRONEGÓCIO: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA
FUNDIÁRIA BRASILEIRA
NO PERÍODO 1995-2010**

LÍCIA DE CASTRO RODRIGUES

Matrícula nº107.385.779

ORIENTADOR: PROF. DR. René Louis de Carvalho

AGOSTO DE 2012

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora.

"Enquanto o trabalho era escravo, a terra era livre. Quando o trabalho ficou livre, a terra virou escrava." José de Souza Martins

AGRADECIMENTOS

Quando se trata de agradecimento, em especial por um processo longo quanto a educação, há sempre o risco de omitir alguém. Afinal, seria inviável nomear todas as pessoas que contribuíram para minha formação. Foram muitos professores, funcionários, familiares e amigos.

Começarei pela minha crença, agradecendo primeiramente a Deus, pela proteção, pela luz, pelos momentos em que busquei forças e encontrei; pela família maravilhosa que tenho, que me proporcionou a conclusão de mais esta etapa.

Agradeço ao René pelo bom humor de sempre, pela presteza, atenção e paciência com as quais conduziu esta orientação.

Agradeço também aos meus pais que, muito mais do que progenitores, sempre foram meus amigos, minha segurança, meus melhores conselheiros, eternos educadores. À minha mãe, por ter sido sempre tão presente, por sempre ter nos estimulado, cobrado e mostrado a importância dos estudos. Ao meu pai, por ter me dado força e calma nos momentos em que desistir parecia o caminho menos árduo.

Agradeço às minhas irmãs, pessoas com as quais sempre poderei contar. Em especial à Tati pela acolhida no Rio, pelos incentivos, indispensáveis e por ter feito para mim, desta cidade, um lugar melhor pra viver. A ela agradeço cada prova de vestibular em que fez questão de me acompanhar até os portões, aos muitos cafés que preparou nas minhas madrugadas de estudo, às corridas bem sucedidas, atrás de desconto no cursinho, e à alegria que sua companhia me fez e faz.

RESUMO:

Nos últimos anos, no Brasil, tem havido diminuição significativa na desigualdade de renda e pobreza. Entretanto, no plano da produção agrícola, o que se verifica são políticas que privilegiam grandes proprietários e excluem os pequenos produtores. Desvinculadas de preocupação social, além de estagnarem o país no papel de exportador de produtos de baixo valor agregado (commodities), que prioriza o mercado externo, tais políticas dão continuidade/estimulam o ininterrupto processo de concentração de terras.

O presente trabalho teve o objetivo de expor e avaliar a evolução da estrutura fundiária brasileira, a partir de 1994, no que tange ao uso e à posse da terra. Como fontes, foram analisadas bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Os resultados apontam a tendência à continuidade da concentração e à desigualdade, com nítido crescimento da área das grandes propriedades improdutivas.

Serão investigadas, no primeiro capítulo, as implicações/determinantes históricas e recentes da estrutura fundiária brasileira. O segundo irá analisar como os diferentes tamanhos de propriedades têm evoluído recentemente, a questão da desigualdade e concentração de terras. No terceiro, a tentativa é compreender como o país utiliza suas terras. Nestes dois últimos capítulos, faz-se importante a análise a nível regional, de forma a respeitar as diferentes dinâmicas de cada lugar que, de modo geral, são distintas da resultante nacional.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I – AGRICULTURA NACIONAL: O SÉCULO XX E O NEOLIBERALISMO	9
I.1- CONSTITUIÇÃO DA DINÂMICA AGRÍCOLA.....	9
I.2- A POSSE DE TERRAS E OS CONFLITOS TERRITORIAS.....	16
I.3- O BRASIL PÓS-DITADURA.....	19
I.4 – OCIOSIDADE DAS TERRAS.....	21
CAPÍTULO II - ESTRUTURA FUNDIÁRIA NACIONAL.....	23
II.1 – DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TERRITORIAL TOTAL.....	25
II.2 - ÍNDICE DE GINI.....	27
II.3 – DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES.....	31
II.3.1 – <i>Região Norte</i>	33
II.3.2 – <i>Região Nordeste</i>	33
II.3.3 – <i>Região Sudeste</i>	34
II.3.4- <i>Região Sul</i>	35
II.3.5- <i>Região Centro-Oeste</i>	35
CAPÍTULO III – A FINALIDADE DADA ÀS TERRAS BRASILEIRAS.....	37
III.1 – ESTRUTURA PRODUTIVA.....	38
III.1.2 – <i>A dinâmica da evolução produtiva</i>	40
III.1.3 – <i>Agricultura familiar versus patronal</i>	44
III.2- TERRAS OCIOSAS.....	45
CONCLUSÃO.....	50
GLOSSÁRIO.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

INTRODUÇÃO

A concentração fundiária, no Brasil, é uma questão estrutural, com alicerces sólidos, historicamente instituídos. Nosso quadro atual é resultante de marcas acumuladas desde o período colonial.

Durante os três primeiros séculos de ocupação, a divisão territorial deu-se pelo regime de Sesmarias (1535-1822). Tratava-se da concessão de extensas porções de terras, por parte do governo lusitano e dos capitães donatários, a pessoas com posses suficientes para explorá-las. Tal sistema deu origem a herdades monocultoras, pouco povoadas, voltadas a atender ao mercado externo.

Após a Independência, a aquisição de propriedades seria regida pela Lei de Terras, de dois de Setembro de 1850. Coincidemente, ou não, ela fora instaurada no mesmo mês da promulgação da primeira lei que viria a contribuir para a abolição da escravatura, a Eusébio de Queirós. Esta proibia o tráfico negreiro interatlântico. O processo de substituição para a mão-de-obra livre se deu de forma gradual, com a presença de outras leis, antes da Áurea de 1888. Entretanto, desde o início, estava claro para a elite agrária que a abolição viria.

Vista como uma forma de garantir a estrutura de poder vigente e a disponibilidade de mão-de-obra, a Lei de Terras aboliu por completo o regime de Sesmarias e estabeleceu a compra como única forma de acesso à terra. A estratégia era no sentido de impedir que antigos escravos e futuros imigrantes partissem para o interior e constituíssem ali suas propriedades. Desvinculada de qualquer papel social, a terra passaria a ser tão-somente mercadoria, adquirida de acordo com o poder econômico de seu comprador.

No século XX, a agricultura nacional passou por um profundo processo de transformação. O apoio do governo, com políticas agrícolas de incentivo, modernizou as bases técnicas, transformando o Brasil numa potência do primeiro setor. Houve forte expansão da fronteira agrícola, aumento em produção e produtividade. Entretanto, a “modernização conservadora”, ao encarecer as terras e excluir os pequenos produtores dos “pacotes modernizantes”, estimulou o êxodo rural, a desigualdade no campo e a ampliação

dos latifúndios. A preocupação do Estado se deu apenas no âmbito econômico, completamente desvinculada da questão social.

Mesmo após a democratização, com o fim do governo militar e a ascensão de movimentos sociais, antes abafados pela ditadura, observa-se continuidade no processo de concentração fundiária, seja ela para ganhos especulativos ou produtivos.

Os anos 90 marcam a fase da liberalização da economia brasileira, da mudança no regime cambial e do destaque do país como um dos maiores exportadores mundiais de commodities.

Por enquanto, o século XXI mostrou que, nem sob a presidência de um “esquerdista”, por dois mandatos consecutivos, haveria mudança estrutural no campo. A tendência segue a mesma, com estímulo aos grandes proprietários, olhos voltados à economia e tampados para a questão agrária. Cinco séculos não foram capazes de dissipar a concentração fundiária. Atualmente, neste quesito, o país tem um dos piores indicadores do mundo.

“Constituindo uma característica central da história de ocupação do território brasileiro e da formação de sua sociedade, a desigualdade na distribuição da terra revela a um só tempo processos pretéritos e contemporâneos do modo como os recursos naturais são apropriados no Brasil.” IBGE Censo Agropecuário 2006

CAPÍTULO I – AGRICULTURA NACIONAL: O SÉCULO XX E O NEOLIBERALISMO

O século XX, em especial, foi um período de grandes transformações sociais, econômicas, ambientais e políticas no Brasil. Tal período compreende a passagem de um país cuja estrutura era basicamente agrário-exportadora, para outro, agora industrializado, capitalista e urbano. Segundo dados do IBGE, em 60 anos, a população rural passou de 68,7%, em 1940, para 15,65% em 2010.

Tamanha transformação, entretanto, não se deu através de grandes mudanças estruturais no que tange às relações de poder e política. Os latifundiários continuam dominantes e a perda de espaço do camponês, nos âmbitos social e produtivo, é evidente. A postura adotada pelo país para a modernização de suas bases produtivas foi em prol do desenvolvimento econômico, não apenas independente da questão agrária, mas também em detrimento desta. O apoio do Estado a tal sistema era claro e foi de crucial importância para seu sucesso.

I.1 - A constituição da nova dinâmica agrícola

No século passado, o país passou de uma nação atrasada, primário-exportadora, para uma economia industrializada, altamente competitiva no setor agrícola. Apesar de as mudanças terem se intensificado a partir do segundo pós-guerra, é importante para a compreensão do processo levar em consideração pelo menos dois fatos decorrentes ainda do século XIX: a Lei de Terras (1850) e a transição da mão-de-obra escrava para a livre, com o fim à escravidão, em 1888.

Como forma de garantir a estrutura de poder vigente e a disponibilidade de labor, foi instituída a Lei de Terras. Esta aboliu, por completo, o regime de sesmarias, estabelecendo a compra ou a autorização do Rei como únicas formas de acesso à terra. A estratégia foi no sentido de impedir que antigos escravos e futuros imigrantes partissem para o interior e constituíssem ali suas propriedades.

O fim do trabalho compulsório levaria consigo o complexo rural (CR). A antiga estrutura estava sustentada por um tripé: latifúndio, monocultura e trabalho escravo. Sem uma de suas “pernas”, ele foi suplantado pelo complexo cafeeiro (CC).

No CR, as relações comerciais se resumiam à exportação/importação, sendo o mercado interno pouco expressivo. Dentro dos grandes latifúndios ocorria todo o processo produtivo, sendo estes unidades autônomas.

A amplitude do CC, que vive seu auge no período de 1890/1930, gerou excedentes nunca antes vistos. Seus efeitos levaram o Brasil a ter sido o país que mais cresceu no mundo no século XX (até 1973).

A crise de 1929 pôs fim à “era de ouro” do ciclo cafeeiro, entretanto, tal resultado teve impacto positivo sobre a economia nacional. Os superávits comerciais do balanço de pagamentos haviam gerado divisas que possibilitaram a importação de bens de capital para a tímida indústria nacional que se expande a partir do primeiro governo Vargas.

É do CC que nasce a necessidade de financiamento e infra-estrutura de transporte para escoamento do café. O enriquecimento proveniente da região cafeeira, em conjunto com as crises periódicas do comércio exterior, induziu à formação de um mercado interno, de uma diversificação da capacidade produtiva. Com o declínio das exportações de café, principal produto desta pauta, o Brasil perdeu boa parte de sua capacidade de importar, o que exerceu uma influência positiva sobre o processo de substituição de importações.

A indústria nacional surge, inicialmente, para atender às necessidades de bens de consumo não-duráveis, para mais tarde, já com as indústrias de base e petroquímica instaladas, produzir os duráveis. Quanto aos bens de capital (máquinas e tratores) e insumos essenciais à expansão da própria atividade agropecuária - como foi o caso das indústrias de fertilizantes, herbicidas, fungicidas, ração, vacinas e remédios de uso veterinário- apenas na década de 60 começariam a ser '*made in Brazil*'.

A transição, entretanto, dos complexos rurais para os complexos agroindustriais (CAI's) e agricultura modernas apenas foi concluída na segunda metade dos anos 60, quando o país internalizou a produção do setor produtor de bens de capital e insumos básicos

O rápido crescimento populacional, somado aos processos de urbanização e industrialização, mudou, por completo, a dinâmica da produção agrícola. Esta, agora, se voltava para a diversificação e ampliação da escala produtiva, visando atender ao crescente mercado interno.

O processo de modernização da agricultura iniciou-se nos anos 50 com ampliação da infra-estrutura, principalmente de transportes. O aumento da oferta interna de veículos motorizados contribuiu para uma maior integração do mercado nacional. A partir da década de 60, a modernização deslanchou, sendo os aumentos de produção provenientes principalmente da incorporação de novas áreas cultiváveis – expansão das fronteiras agrícolas.

A década de 50 e princípio de 60 foram a época de maior efervescência do debate da reforma agrária. Os movimentos de revolta campesina e os discursos a respeito da questão agrária estavam em voga. Havia quatro principais teses, do PCB, CEPAL, Igreja católica e dos economistas da USP. Apenas nesta última a inclinação era conservadora, de manutenção da estrutura fundiária e incentivos econômicos aos grandes proprietários.

O PCB tinha, dentre seus integrantes, Caio Prado Jr., Ignácio Rangel e Alberto Passos Guimarães. Embora com idéias distintas a respeito da estrutura agrária, todos viam nesta uma necessidade de mudança, de forma a torná-la menos concentrada. Prado Jr. criticava as relações trabalhistas no campo, suas formas de exploração e exclusão. Defendeu mais a questão de uma legislação neste campo do que a reforma agrária em si. Guimarães acreditava que a reforma era importante para completar a transição do Brasil para o capitalismo, pois ainda tínhamos “restos feudais” na zona rural. Já Rangel preocupava-se com o crescimento da população rural. Temia que isto pudesse gerar uma crise agrária.

“Define-se uma questão agrária quando o setor agrícola, como consequência da operação desse delicado mecanismo, ou não libera a mão-de-obra necessária à expansão dos demais setores ou, ao contrário, a libera em excesso. A crise agrária, portanto, interessa essencialmente à quantidade de mão-de-obra liberada pelo setor agrícola.” Rangel

Pioneiro no debate teórico a respeito da questão agrária no país, Rangel defendia que a agricultura tinha duas funções no desenvolvimento nacional: equilibrar o mercado de trabalho, retendo ou liberando mão-de-obra, de acordo com as necessidades dos outros setores, e também fornecer os gêneros agrícolas necessários às demandas externa e interna.

Defendeu a capacidade da atividade agrícola de reter a população rural através de seu próprio desenvolvimento.

“Os problemas próprios ou propriamente agrários da presente crise agrária brasileira são anomalias concomitantes, verso e reverso da mesma medalha, da superprodução agrícola e da superpopulação rural, desdobrando-se, a primeira, nos problemas de comércio exterior e a segunda, em desemprego urbano. (...) Ao lado destes, surgem problemas impróprios ou impropriamente agrários, também relacionados, respectivamente, com o suprimento de produtos e de mão-de-obra aos setores não-agrícolas.” Ignácio Rangel

Na visão cepalina, encabeçada por Celso Furtado, a preocupação era em torno da disponibilidade de oferta de gêneros agrícolas. Furtado acreditava na oferta quase inelástica de alimentos e que, diante do crescimento da demanda industrial e urbana, isto geraria crises de abastecimento e uma consequente pressão inflacionária.

A igreja católica não teve um discurso teórico muito forte, não houve intelectuais no meio que o formulasse. Entretanto, ao valer-se de sua influência para questionar a estrutura fundiária e as mazelas do campo, obteve influência social e política. Suas idéias a respeito da função social da terra viriam, anos depois, a constar no estatuto de 64.

Apesar das três visões questionadoras, acima citadas, terem tido peso na época, a tese adotada pelo país foi a conservadora, da USP, liderada por Delfim Neto. Delfim combatteu principalmente o argumento da CEPAL. Segundo ele, a disposição fundiária, como era, tinha condições de atender ao crescimento da demanda por gêneros agrícolas. Bastaria investir nas grandes propriedades, assim, haveria crescimento produtivo suficiente para evitar pressões inflacionárias. Na opinião do economista, a oferta respondia às pressões de demanda e, por isso, não era necessário intervir na estrutura agrária para obter crescimento da produção.

Focada no âmbito econômico e desvinculada de qualquer questão social, com a implantação da ditadura de 64, esta foi a tese vitoriosa. Em 1967, Delfim assumiu o Ministério da Fazenda. A modernização conservadora finalmente foi implantada, seu principal instrumento de estímulo foi o Sistema Nacional de Crédito Rural. Com ela esperava-se, além da ampliação das exportações, a liberação de mão-de-obra e mercado para atender ao crescimento da indústria.

A presença do Estado foi determinante na condução e conclusão da modernização agrícola no país. A preocupação governamental com o aumento da produtividade via incorporação tecnológica, vem desde a segunda era Vargas. O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), de 1967, foi um dos principais pilares da modernização. Tal sistema surgiu no sentido de reorientar as políticas agrícolas, garantindo estrutura e propiciando o crescimento capitalista na agricultura. Aqui o papel do governo era de financiador da modernização do setor.

Segundo Guilherme Delgado “a passagem do período de crise agrária da primeira metade da década de 1960 para a modernização agrícola encontra-se fortemente documentado na formulação da política econômica do período. Percebe-se nela a grande evidência na liberalidade da política de crédito rural, a prodigalidade dos incentivos fiscais – principalmente nas desonerações do imposto de renda e do imposto territorial rural –, e ainda o aporte direto e expressivo do gasto público na execução das políticas de fomento produtivo e comercial, dirigidas às clientelas das entidades criadas ou recicladas no período (SNCR, Políticas de Garantia de Preço, Proagro, Pesquisa e Extensão Rural etc.).”

Embora tenha internalizado em grande parte seus mercados de destino, a dependência externa expressava-se à medida que mais técnicas produtivas eram incorporadas, visto que tais tecnologias agrícolas vinham de fora.

A Revolução Verde foi um “pacote tecnológico” adotado por países subdesenvolvidos nas décadas de 60 e 70. Consistia na invenção e disseminação de novas práticas agrícolas. A finalidade do programa era ampliar a produtividade através da biotecnologia (melhoramento genético de sementes), da química (fertilizantes e agrotóxicos) e da mecanização (tratores apropriados aos diferentes tipos de solo e clima e diminuição dos custos de manejo com a adoção de máquinas como colheitadeiras, por exemplo). O Brasil também passou a desenvolver tecnologia própria, tanto em instituições privadas quanto em agências governamentais (como a Embrapa e Emater) e universidades.

Vinculadas ao Ministério da Agricultura, o surgimento da Embrapa e da Emater datam do governo Médici, em 1973. Tais autarquias foram, respectivamente, responsáveis pela pesquisa e pela assistência técnica, viabilizando soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade agrícola.

O processo de modernização promoveu a especialização e coordenação intersetorial, além de estimular as compras extra-setoriais. Abriu-se, assim, espaço para a instituição de uma indústria nacional de bens de capital e insumos para a agricultura, aumentando assim o consumo intermediário desta. Tal aumento, ao mesmo tempo em que elevava a produtividade, intensificava a relação de dependência entre os setores agrícola e industrial, levando à gradual perda de autonomia do primeiro.

Quanto ao crescimento da produção, embora se dê ainda em grande parte pela expansão horizontal, há uma tendência para a integração vertical e incremento da produção via ganhos na produtividade.

Graziano divide o processo de modernização agrícola em três etapas:

1. Constituição dos CAI's, na década de 70, quando é concluído o processo de integração, possibilitado pela indústria, agora nacional, de insumos e máquinas agrícolas. O Estado assume a função de representante dos interesses agrários, industriais e financeiros.
2. Processo de industrialização da agricultura, quando a indústria passa a comandar a direção e ritmo da mudança na base técnica agrícola.
3. Integração de capitais sob comando do capital financeiro, com reflexos não apenas na base técnica da agricultura, mas também na concentração e centralização de capital e terra e nas relações com o Estado.

A infraestrutura gerada pela modernização - não apenas da agricultura - somada à crescente utilização de novas áreas, fizeram do mercado de terras no Brasil, um negócio extremamente rentável. Dadas as excelentes oportunidades de ganhos especulativos e ganhos de fundação (novas áreas de fronteira incorporadas ao mercado), a terra perdia cada vez mais sua função social. O processo observado incluiu expulsão de posseiros, índios e pequenos proprietários e a aglutinação da terra (inclusive por empresas estrangeiras) em grandes latifúndios, muitas vezes improdutivos, entretanto, protegidos pelo véu do Estatuto da Terra.

O Estatuto da Terra, de 1964, surgiu como uma manobra do governo militar no sentido de enfraquecer os movimentos sociais no meio rural, sem contrariar aos interesses dos

grandes proprietários de terra. O Estatuto dizia respeito à forma como legalmente se encontrava disciplinado o uso, ocupação e relações fundiárias no país. Importantes conceitos foram definidos ali e esperava-se que, com a delimitação legal deles, ocorressem mudanças nas estruturas social e produtiva. Entretanto, na visão de Graziano, o projeto não passou de uma criação conservadora, cheio de ambiguidades e sem permitir a classificação correta entre o que era produtivo e o que não era.

O Estatuto, assim como o processo de modernização no geral, não apenas preservou como também aprofundou a heterogeneidade da agricultura brasileira. O processo de heterogeneização teve impulso nas diferentes condições e relações de produção. A idéia é de que a modernização parte de uma desigualdade na origem, desigualdade esta proveniente dos diferentes padrões de acumulação e relações na divisão social do trabalho que fizeram de São Paulo a região mais avançada, a pioneira na mudança da dinâmica agrícola. Pelo próprio conceito de capital, fator de produção com capacidade de reproduzir-se, é provável que onde tivesse mais capital, o crescimento seria maior.

A heterogeneidade deu-se tanto no emprego variado de tecnologia como das relações de trabalho predominantes. Os indicadores de modernização concentraram-se nas regiões Sudeste e Sul e parcialmente no Centro-Oeste, na fase de expansão fronteira agrícola. No Nordeste e na Amazônia, a modernização técnica mostrou-se bem inferior à média nacional, ficando o aumento da produção, nessas duas regiões, quase que por conta da incorporação de novas áreas cultivadas.

Do ponto de vista de muitos autores, o processo de modernização foi “um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial” (Graziano).

Embora a modernização tenha gerado crescimento econômico e fartura produtiva, ela teve seu lado negativo, de conservação das antigas estruturas agrárias, garantindo os interesses de grandes proprietários, favorecendo a concentração fundiária e mantendo o camponês sob condições degradantes de trabalho. A base para o desenvolvimento do modo capitalista de produção, assim como acontecera em outros países como a Inglaterra, deu-se a partir da proletarização do camponês, da destruição de sua economia natural e de sua submissão ao poder do capital.

I.2 -A posse da terra e os conflitos territoriais

O século XX, particularmente sua segunda metade, é marcado por conflitos de terras em cujos atores variam conforme o desenvolvimento das distintas regiões do país.

“Os conflitos pela posse da terra tem ocorrido em todos os estados e territórios do país, com exceção da Ilha de Fernando de Noronha” (José de Souza Martins)

Diferentemente de países europeus, da Rússia e outros, o camponês brasileiro é itinerante, desenraizado. Desde o início, dadas as antigas condições do sistema de *plantation* e com o fim da escravidão (quando vieram imigrantes europeus para o país), o trabalhador tem sido expropriado e o deslocamento, tanto de posseiros quanto de pequenos proprietários e colonos é determinado fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra.

De um lado tem-se os camponeses, organizados em Ligas Camponesas e/ou sindicatos (estes sugeriram mais tarde devido à resistência por parte do governo). De outro, tem-se os latifundiários, com poder econômico e muitas vezes político, além do apoio do Estado propriamente dito. Entretanto, apesar de se tratar de um conflito entre explorados e exploradores, não é um problema apenas econômico, mas também político.

A classe latifundiária é mais homogênea, com interesse claro: capital, neste caso representado pela terra, que sofreu forte valorização no período de construção de rodovias e cidades. Já o primeiro grupo, por sua heterogeneidade (composto de posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados, etc) e dispersão, tem maiores dificuldades de se unirem e ganharem poder político.

A resistência camponesa contra os fazendeiros surge da progressiva tentativa destes em se apropriarem do trabalho do camponês. Ao apropriarem-se de terras (geralmente via grilagem), os grandes fazendeiros não apenas tiravam dos posseiros o direito de propriedade, mas também aproveitavam-se daquela mão-de-obra, quando lhes convinha. A terra é vista como um instrumento de dominação e a luta por sua propriedade têm amplitude nacional, embora tenha suas especificidades, de acordo com cada região.

Entre fins dos anos 40 e o golpe de 64, surgiram vários movimentos camponeses. Em Minas Gerais, merecem destaque os conflitos que surgiram nas regiões de Teófilo Otoni e de

Governador Valadares. Apesar de ambos estarem ligados à construção da Rodovia Rio-Bahia – que valorizaria as terras por onde esta passasse- o desenvolver dos fatos foi diferente.

Em Teófilo Otoni, antigos posseiros começaram a ser expulsos de suas terras por fazendeiros interessados na valorização destas. Estes posseiros partiram então em outra direção, na tentativa de abrir novas posses. Entretanto, ao serem sucessivamente expulsos, viram-se obrigados a trabalhar no sistema de parceria, com os mesmos fazendeiros que lhes havia tomado suas propriedades. Os que não viraram parceiros tornaram-se migrantes, trabalhadores temporários, num esquema de migração cíclica, o que ocasionou intercâmbio cultural, levando parte desses camponeses a converter-se numa seita pentecostal. Esta conversão foi a causa de posteriores conflitos, tanto dentro do grupo quanto com a polícia, devido a assassinatos, em nome da seita, entre os próprios membros do campesinato.

Em Governador Valadares, a construção da Rio-Bahia atraiu trabalhadores nordestinos que, posteriormente instalaram-se ali, como posseiros. Anos depois, estes também foram expulsos por fazendeiros da região. Neste caso, os camponeses expulsos fundaram um sindicato, o que atraiu centenas de trabalhadores rurais e contribuiu para o crescimento da violência ,por parte dos fazendeiros, contra eles.

Em Goiás, no mesmo período (por volta de 1950), também por conta de construção de estradas (Transbrasileira), ocorreram conflitos e expulsões, dos quais o mais conhecido foi a Revolta de Trombas e Formoso.

A chegada da estrada ao município de Uruaçu levou à valorização das terras de posseiros, outrora devolutas. Estas mesmas terras foram griladas por um grupo de fazendeiros em 1952. Aqui também houve a tentativa de transformar esses posseiros em parceiros. Os conflitos já eram muitos e, em 1954, chegaram à região militantes do PCB. A partir daí, os camponeses se organizaram, desenvolveram trabalho coletivo e fundaram a Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas, encarregada de representá-los para a obtenção da propriedade de terra. Em 1957, o governo do estado mandou para a região forte contingente para combatê-los. O PCB propôs um acordo, entretanto o governo não cumpriu com a sua parte.

Ainda na década de 50 eclodiam problemas também relacionados à terra no Paraná. Mais de mil famílias de posseiros, que habitavam terras devolutas, foram despejadas, pois o

governo do estado havia cedido aquelas terras ocupadas a grandes proprietários. A violência de tais despejos levaram à formação de grupos armados que resistiam e atacavam fazendas. Muitos foram os confrontos entre posseiros e policiais. As lutas prosseguiram até que outro governador, disposto a resolver o problema, foi eleito em 1951. Este declarou as terras de utilidade pública para desapropriação por interesses sociais.

Nos fins dos anos 50, em Santa Fé do Sul, SP, também houve conflitos entre camponeses e fazendeiros. Aqui, entretanto, a situação é diferente das anteriormente citadas, pois os camponeses eram arrendatários, ficando assim impossibilitados de reclamarem a posse da terra.

As lutas se desenvolveram em torno dos prazos dos contratos de arrendamento. Os camponeses, em sua maioria migrantes nordestinos, já expulsos de suas terras, não teriam para onde ir e, receando despejo, queriam a prorrogação dos prazos.

Devido à violência por parte dos fazendeiros e da polícia, os arrendatários decidiram arrancar o capim que haviam plantado. Eles foram julgados e expulsos da terra, seus líderes foram presos.

Entretanto foi no Nordeste que ocorreu o mais importante movimento do campesinato brasileiro. Ali, a associação de foreiros desencadeou, em 1955, na formação da Liga Camponesa. As ligas se espalharam rapidamente pela região nordestina. Difundiram-se principalmente entre foreiros de antigos engenhos de cana que, devido à valorização do açúcar, começaram a ser retomados por seus proprietários.

Na época, havia um discurso sobre industrialização no Nordeste, com a finalidade de resolver o problema do subdesenvolvimento regional. Foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), numa tentativa de “inverter o círculo vicioso da pobreza de uma agricultura monocultora e latifundiária.”

Os senhores de engenho viram-se reduzidos à condição de meros fornecedores de cana para as poderosas usinas de açúcar, o que levou a um enfraquecimento político desses antigos coronéis.

“As diferentes formas de lutas e os diferentes movimentos expressavam uma só coisa: a luta dos camponeses contra a renda da terra.” (José de Souza Martins- Os Camponeses e a política no Brasil)

O golpe Militar de 64 pôs fim às manifestações pela posse de terra no país. Praticamente durante os seus 20 anos de duração, tal regime combateu duramente as tentativas de protesto, o que acabou por desestruturar e desestimular os movimentos camponeses. Sindicatos foram fechados e os associados que persistiram na luta, reprimidos. Assim como quaisquer manifestações que parecessem ter algum vínculo com o comunismo.

I.3- O Brasil pós-ditadura

O fim da ditadura militar, em 1984, abrandou a repressão aos movimentos sociais de luta. A constituição de 1988, a mais democrática dentre elas, trazia novos ânimos para a população oprimida. Renascia aí a esperança de um país mais justo e igualitário. Nesta década surgiu o MST e várias ONGs em prol da reforma agrária. O governo lançara aí o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). No campo, o amparo jurídico agiu como um estímulo à ascensão da luta campesina. Tal documento trouxe, em uma de suas cláusulas pétreas, a homologação da função social da propriedade, conhecida desde Estatuto da Terra de 64, embora não posta em prática.

No âmbito econômico, a situação brasileira nos anos 80 era crítica, estávamos na conhecida “década perdida”. O estrondoso crescimento no período ditatorial sucedeu-se em endividamentos externo e público, de proporções gigantescas. Em 1982, com a moratória do México, houve fuga de capitais em vários países subdesenvolvidos. O Brasil viu-se endividado e sem reservas para honrar seus compromissos.

Com o cenário macroeconômico em apuros, o governo relançou sua prioridade aos grandes empreendimentos agrícolas. Visava-se a ampliação das exportações como forma de equilibrar a balança de pagamentos, numa tentativa de suprir o déficit da conta corrente. Por vários anos, as exportações nacionais foram remetidas em renda líquida enviada ao exterior. O país enquadrava-se no “ajustamento constrangido” que, por muito tempo, limitou nossas importações de bens de capital, prejudicando o desenvolvimento. Entretanto, para o agronegócio, o período entre 1983 e 1993 foi áureo.

Em 1994, de forma a controlar a superinflação, é lançado o Plano Real. A política econômica é modificada. Com uma conjuntura externa mais favorável, abandonou-se a política de geração de saldos comerciais positivos. O agronegócio perde prioridade do governo e leva, assim, à redução das rendas da terra e da agricultura.

A passagem para o neoliberalismo foi uma das medidas para atrair capital externo, visto que a restrição externa desaparecera em meio à liquidez internacional. Ao levar à inflação a patamares aceitáveis, a estabilização da moeda com o Plano, em meio aos fatores acima citados, houve retorno de capitais ao Brasil.

De 1994 a 1999 foi criado um novo endividamento externo que, diante de outra crise de liquidez externa afetou-nos de forma impactante. Com a fuga de capitais externos, o regime de câmbio fixo ficou insustentável e precisou mudar para o flutuante. Era necessário, sob a ótica do governo, relançar a antiga estratégia do agronegócio como gerador de divisas e equilibrador do balanço de pagamentos. Suscetível à conjuntura externa, o governo mais uma vez deixava de lado a questão agrária, os assentamentos e a agricultura familiar. O objetivo era exportar.

A questão reforma agrária *versus* modernização técnica voltava num outro contexto político. Novamente a renda da terra se elevaria junto com a renda agrícola. Por várias vezes, a preocupação econômica levou o Estado a deixar de lado as mazelas do campo e suas repercussões nas cidades, sob a forma do êxodo rural. Delgado define como frouxa a posição do governo de não fiscalizar e não fazer valer os direitos sociais inscritos na constituição.

A partir do final do governo FHC e durante toda a era Lula, foi claro o incentivo aos grandes empreendimentos agrícolas. Sua eleição trouxe esperança a muitos camponeses, com e sem terras. O MST pensara finalmente ter conseguido apoio sólido no Planalto. Mas, infelizmente, a ilusão foi temporária e, de 2003 a 2010, foram criados ainda menos assentamentos do que de 1995 a 2002. Naquele mesmo período a modernização técnica ganhou força e solidez.

Apesar da significativa redução da pobreza, da valorização real do salário mínimo e da ascensão de classe de muitos cidadãos, no meio rural, a postura do petista não se diferenciou muito da do psdbista. O apoio foi dado aos latifundiários, aos grandes produtores. Apesar das linhas de crédito destinadas à agricultura familiar, como o Pronaf, terem mais que dobrado

seus recursos, isso não se traduziu em mudanças na estrutura fundiária. A quantia concedida pelo governo à cerca de 4 milhões de pequenos agricultores foi semelhante ao crédito que ele financiou para menos de 15 empresas, todas transnacionais, ligadas ao agronegócio.

Chega a soar de forma quase cômica o depoimento de um homem público e bem informado. No site *ptnacamara*, um deputado federal do PT-MS fez a seguinte declaração: “Ao homem do campo não faltaram e não faltarão o apoio e o reconhecimento do governo do PT. Prova disso é que o setor rural recebeu mais de 150 bilhões de reais para financiar a safra, cinco vezes mais que os 28 bilhões de reais destinados pelo governo do PSDB. Por fim, ressalte-se que, ao contrário das previsões de mau agouro feitas antes da posse de Lula, foi justamente no governo do PT que as entidades ruralistas mais se fortaleceram e tiveram do presidente o reconhecimento de sua importância política, institucional e social neste novo, moderno e democrático mosaico social que projeta o Brasil entre as maiores nações do planeta.” Vander Loubet

I.4 – Ociosidade das terras

Em paralelo ao processo de desenvolvimento da agricultura e da consequente expansão da produção, o país vivenciou também o crescimento da demanda por terras para fins não produtivos.

As políticas de crédito rural, do período militar, eram destinadas a atender os médios e grandes proprietários rurais. Era viável investir na compra deste bem, mesmo sem a intenção de praticar ali qualquer atividade agrícola. Não se exigia muito, além do título de propriedade, para concessão desses empréstimos. A compra de boas extensões de chão, ao viabilizar consegui-los, era um bom negócio. Entre 1967 e 1977, enquanto a inflação estava na casa dos 40% ao ano, o governo oferecia crédito a 15% a.a.

O período inflacionário deu continuidade à estratégia de obtenção de terras para fins improdutivos. Vista como uma forma segura de reserva de valor, muitos investidores trocaram a instabilidade da moeda por tal ativo. À época do auge da expansão da fronteira agrícola, a oferta de terras era mais elástica, os preços atrativos e a expectativa de valorização, no mínimo crível.

Para Reydon, os agentes que dispõem de reserva financeira utilizam-se do mercado de terras. Este, por ter sua oferta limitada, está propício a especulação, ficando na situação de

ativo imobilizado, à espera de valorização para venda no momento mais propício. *"A terra tem seus preços formados em mercados flexíveis, nos quais os proprietários de terras mantêm estoques destas para revendê-los quando houver agentes com expectativas de ganhos elevados."* (REYDON, 1992).

O preço da terra é determinado pela expectativa de valorização acrescida das possibilidades de lucro que ela pode gerar, caso produza. No Brasil e no mundo, observa-se um processo de encarecimento deste fator, impulsionado pela insegurança alimentar (população mundial crescente e oferta inelástica/limitada de terras), pela infraestrutura gerada nas adjacências, pela alta dos produtos agrícolas e também por motivos puramente especulativos, ligados à expectativa dos investidores (a expectativa de valorização, assim com ocorre com qualquer outro ativo de oferta inelástica, tende a levar à efetiva alta do preço).

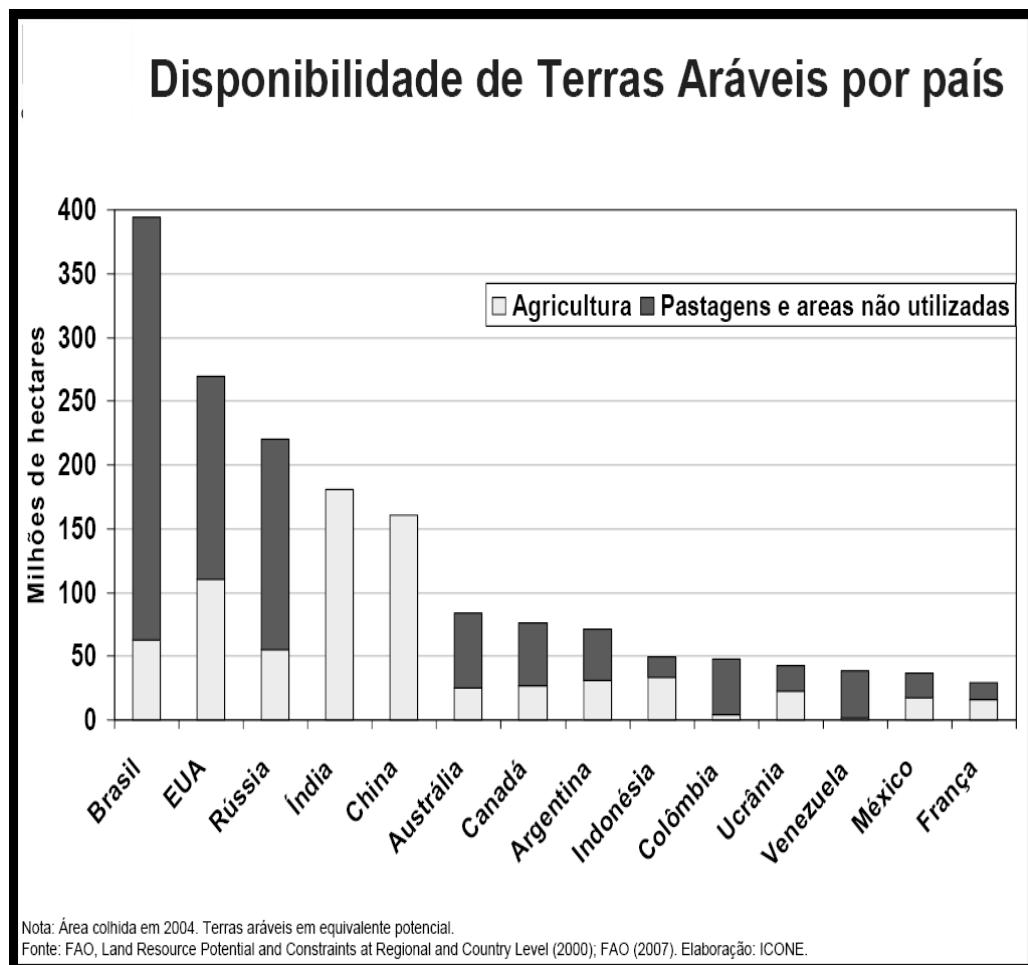
Considerando-se o abatimento do ITR, o rendimento da terra é resultante dos ganhos especulativos somados com a possibilidade de retorno da atividade agropecuária, subtraída do imposto: $r = Pe/p + L/p - I$. A especulação, entretanto, não impede que se opte por produzir. A terra só não será explorada se o custo variável de fazê-lo for maior do que a receita proveniente da tal produção.

Segundo João Sayad, “*se o cultivo da terra não gera prejuízo, é impossível descobrir por que a terra permanece ociosa. Seriam necessárias explicações baseadas em inércia, inaptidão dos proprietários ou absenteísmo*”. Nas pequenas propriedades improdutivas, boa parte da explicação baseia-se na inviabilidade, seja pela insuficiência de área, pela falta de assistência técnica e/ou financeira. Quanto às grandes, o lucro produtivo quase sempre provém de economias de escala e/ou de comércio, geradas por grandes extensões monocultoras.

O alto preço deste fator, ao funcionar como uma eficiente “barreira à entrada”, tem posto os pequenos agricultores à margem da propriedade de terras. Para Rangel, esta seria a principal causa da concentração fundiária no Brasil. “*Esses preços não se podem explicar pelas razões clássicas, isto é, como consequência de uma elevação da renda territorial, ao menos que como tal renda entendamos, também, a expectativa de valorização - uma renda anômala, até porque não se aplica apenas à terra utilizada, mas a toda terra. Sua origem é notória, isto é, a fuga de capitais de outras áreas, donde se infere que o preço da terra, nas condições brasileiras, é agudamente sensível às flutuações do mercado mobiliário de valores*” (RANGEL, 1986).

CAPÍTULO II – ESTRUTURA FUNDIÁRIA NACIONAL

O Brasil é o quinto maior país do mundo, com uma área de 8.514.876,599km², ou 851.476.599,9 hectares. Destes, praticamente 400 milhões são terras aráveis, segundo a FAO, sendo a nação de maior área agricultável.



De acordo com o último Censo Agropecuário (2006), são 5.175.489 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 329.941.393 ha. Os dados do INCRA são um pouco diferentes, tendo registrado 5.167.476 imóveis cadastrados em 568.258.741 ha em 2006.

As diferenças¹ se devem, basicamente, às metodologias adotadas². Entretanto, ambas as bases de dados apontam a mesma tendência: manutenção da estrutura fundiária nacional com elevados índices de concentração. No Censo 2006, os estabelecimentos inferiores a 100 ha eram 90,1% do número total e ocupavam 21,5% de área. No INCRA, em 2009, os menores que 100 ha são 86%, distribuídos em menos de 17,1% de território.

Estrutura Fundiária Brasil 2009					
Estratos de área total (ha)	Imóveis		Área total		Área média (em ha)
	Nº de imóveis	Em %	Em ha	Em %	
Até 10	1.744.540	33,7	8.215.337	1,4	4,7
De 10 a 25	1.316.237	25,4	21.345.232	3,7	16,2
De 25 a 50	814.138	15,7	28.563.707	5,0	35,1
De 50 a 100	578.783	11,2	40.096.597	7,0	69,3
De 100 a 500	563.346	10,9	116.156.530	20,3	206,2
De 500 a 1000	85.305	1,6	59.299.370	10,4	695,1
De 1000 a 2000	40.046	0,8	55.269.002	9,7	1.380,1
Mais de 2000	39.250	0,8	242.795.145	42,5	6.185,9
TOTAL	5.181.645	100,0	571.740.919	100,0	110,3

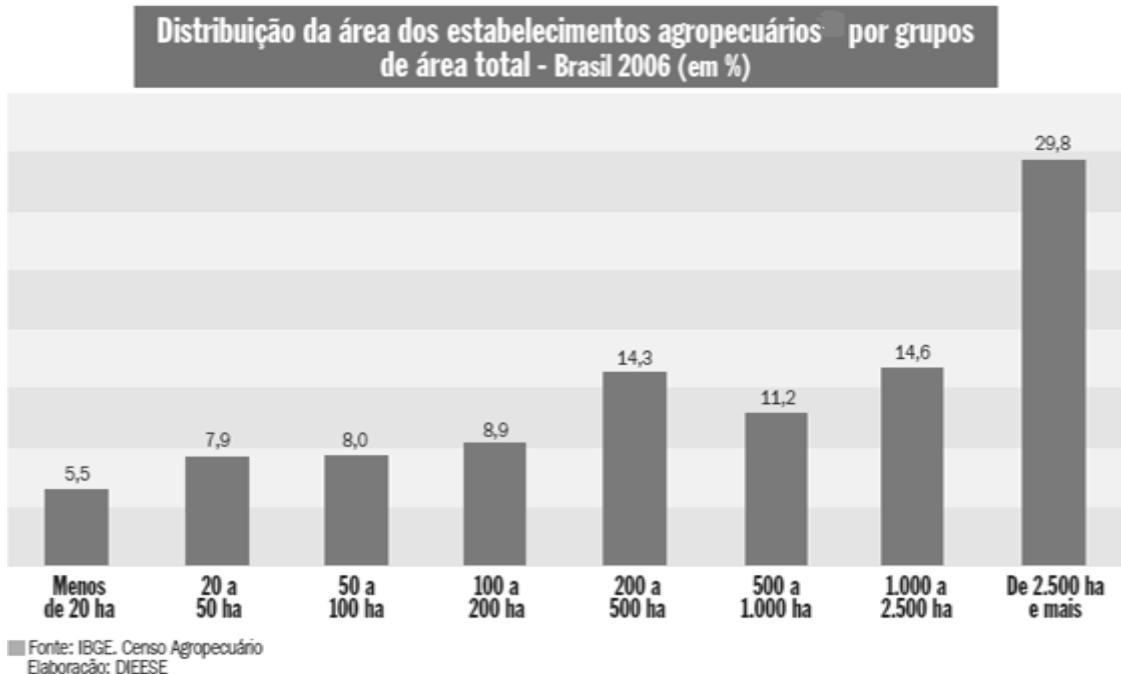
Fonte: Incra. Sistema Nacional de Cadastro Rural

Obs.: a)Situação em março de 2009

b) O Incra exclui 273.849 imóveis rurais com dados inconsistentes

¹ As definições dos termos utilizados pelos institutos estão no glossário.

² Enquanto o INCRA foca a distribuição territorial entre seus proprietários, o IBGE a faz de acordo com os produtores rurais. Portanto, se mais de uma faixa de terra, seja ela contínua ou não, pertencer a um único dono, o INCRA registra como sendo apenas um imóvel rural, independente de estarem sob administração diferente. Já o IBGE, registraria como estabelecimento rural cada unidade produtiva



II.1 – Evolução distributiva do território nacional

O INCRA classifica as propriedades fundiárias em quatro classes, que variam com os módulos fiscais. O tamanho destes é estabelecido pelos municípios, sendo variável conforme o tipo de atividade de exploração predominante. Os minifúndios são imóveis rurais com dimensão inferior a um módulo; a pequena propriedade, entre um e quatro módulos; a média, varia de quatro a quinze e a grande, as maiores do que quinze.

Brasil- Imóveis Rurais: Número e Área 2003 e 2010

Categoria	2010		2003	
	Nº de imóveis registrados	Área- Ha	Nº de imóveis registrados	Área- Ha
Minifúndio	3.318.077	46.684.657	2.736.052	38.973.371
Pequena Propriedade	1.338.300	88.789.805	1.142.924	74.194.228
Média Propriedade	380.584	113.879.540	297.220	88.100.418
Grande Propriedade	130.515	318.904.739	112.463	214.843.868
Total	5.167.476	568.258.741	4.288.672	416.112.784

Fonte: INCRA

Entre a apuração das duas últimas coletas houve ampliação (em todas as categorias), tanto do número (878.804) quanto da área dos imóveis rurais (1522.145.957). Entretanto, a maior ocorreu nas grandes propriedades, 48,4% e, ao se analisar a evolução da participação relativa, fica evidente o avanço destas em relação às demais.

Indicadores Comparativos

Categoria	Participação área-2003	Participação área-2010	Variação part. área	Variação área
Minifúndio	9,4%	8,2%	-12,3%	19,8%
Pequena Propriedade	17,8%	15,6%	-12,4%	19,7%
Média Propriedade	21,2%	20,0%	-5,3%	29,3%
Grande Propriedade	51,6%	56,1%	8,7%	48,4%

Fonte: INCRA

A classificação pelo IBGE geralmente se divide em quatro, segundo estrato de área. Nesta nota-se a redução das áreas médias dos estabelecimentos, decorrente do aumento do número e diminuição da área total. O órgão atribui este fato à criação de novas terras indígenas e de reservas ambientais. Entretanto, segundo Gerson Teixeira, isso ocorreu, principalmente, a partir de 2006, e não pôde ser completamente captado na última coleta. Para ele, é mais provável que tenha havido redução do perímetro rural, em decorrência do avanço das cidades.

**Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área
Brasil - 1995, 2006**

Estrato de área	Área dos estabelecimentos rurais (ha)	
	1995	2006
Total	353 611 246	329 941 393
Menos de 10 ha	7 882 194	7 798 607
De 10 ha a menos de 100 ha	62 693 585	62 893 091
De 100 ha a menos de 1 000 ha	123 541 517	112 696 478
1 000 ha e mais	159 493 949	146 553 218

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários

A desigualdade fundiária é na escala de, em 2006, os estabelecimentos maiores a 1000 ha ocupam um território 18,79 vezes maior do que os menores que 10 ha, embora representem apenas 1,89% do número destas. Na série temporal, constata-se que, nos últimos três censos, a área das menores não passou 2,23% e das maiores não inferiorizou 43,72%.

O quadro fica ainda mais claro quando se verifica que os maiores estratos estiveram nas mãos de apenas 0,87%, 1,02% e 0,91% do número de estabelecimentos nos respectivos anos de 1985, 1995 e 2006. No agregado nacional, os censos mostram que em nenhum dos estratos houve mudanças significativas.

II.2 - Índice de Gini

Utilizado como mensurador de desigualdade, o índice de Gini é um dos mais difundidos e empregados. Com variância de zero a um, quanto mais próximo a zero melhor é a distribuição do fator analisado.

Ao acompanharmos a evolução deste índice no último meio século, é possível concluir que o país continua a manter sua estrutura fundiária sob forte concentração.

O período de crise agrária, no qual os movimentos camponeses estavam em alta, obteve o melhor Gini nacional, 0,839. Entretanto, a época subsequente da ditadura, que os abafou e favoreceu a elite agrária, resultou na variação mais relevante, acrescendo o índice em 0,18 pontos em apenas duas décadas.

Evolução do Índice de Gini, 1950-1995

Regiões e Brasil	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995
Norte	0,944	0,944	0,831	0,863	0,841	0,812	0,820
Nordeste	0,849	0,845	0,854	0,862	0,861	0,869	0,859
Sudeste	0,763	0,772	0,760	0,761	0,690	0,772	0,767
Sul	0,741	0,725	0,725	0,733	0,743	0,747	0,742
Centro-Oeste	0,833	0,901	0,876	0,876	0,876	0,861	0,831
Brasil	0,840	0,839	0,843	0,854	0,857	0,857	0,856

Fonte: Gasques, J. G.; Conceição, J. C. P. R. A demanda por terra para a reforma agrária no Brasil. *Anais do 36º Congresso de Economia e Sociologia do Rural* (Sober, Foz do Iguaçu-PR).

Nos três últimos Censos Agropecuários, apesar das reduções, essas foram marginais, e Gini permaneceu praticamente inalterado. Em 1985, era de 0,857, em 1996 de 0,856 e em 2006, 0,854. Embora tenha havido crescimento do número e redução da área média das propriedades rurais, os 50% menores estabelecimentos estão em 2,3% da área, enquanto dos 5% maiores em 69,3%. Já os maiores que 1000 ha são 0,91% do número e atingem 44,4% do território.

No quadro regional, todos os estados do sul elevaram Gini; no Centro-Oeste, apenas Goiás e o Distrito Federal; no Nordeste, somente Ceará e Alagoas. No Sudeste, a exceção foi o Rio de Janeiro - reduziu 0,017 ; no Norte, sofreram quedas, Roraima, Pará e Amapá.

**Evolução do Índice de Gini,
segundo as Unidades da Federação - 1985/2006**

Unidades da Federação	Evolução do Índice de Gini		
	1985	1995	2006
Brasil	0,857	0,856	0,854
Rondônia	0,655	0,765	0,717
Acre	0,619	0,717	0,716
Amazonas	0,819	0,808	0,837
Roraima	0,751	0,813	0,664
Pará	0,827	0,814	0,822
Amapá	0,864	0,835	0,852
Tocantins	0,714	0,726	0,792
Maranhão	0,923	0,903	0,864
Piauí	0,896	0,873	0,855
Ceará	0,815	0,845	0,861
Rio Grande do Norte	0,853	0,852	0,824
Paraíba	0,842	0,834	0,822
Pernambuco	0,829	0,821	0,825
Alagoas	0,858	0,863	0,871
Sergipe	0,858	0,846	0,821
Bahia	0,84	0,834	0,840
Minas Gerais	0,77	0,772	0,795
Espírito Santo	0,671	0,689	0,734
Rio de Janeiro	0,815	0,79	0,798
São Paulo	0,77	0,758	0,804
Paraná	0,749	0,741	0,770
Santa Catarina	0,682	0,671	0,682
Rio Grande do Sul	0,763	0,762	0,773
Mato Grosso do Sul	0,86	0,822	0,856
Mato Grosso	0,909	0,87	0,865
Goiás	0,766	0,74	0,776
Distrito Federal	0,776	0,801	0,818

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985/2006.

A pesquisa do PNAD³, apesar de amostral, ao ser mais detalhada nos permite uma melhor investigação, de forma a complementar os dados dos Censos Agropecuários. A diferença entre eles diz respeito a quem administra a propriedade. À pesquisa amostral só

³ O PNAD, também calculado pelo IBGE consiste numa apuração anual, de caráter amostral, com cerca de 0,2% do total dos estabelecimentos. Apesar de fornecer mais informações e de seus resultados aproximarem-se relativamente bem dos do Censo, o PNAD não será priorizado aqui, já que quase suas estimativas estão propícias a erros de amostragem.

interessa os estabelecimentos em cuja renda principal do agricultor/pecuarista provém do primeiro setor.

Características da distribuição fundiária incluindo, com área nula, as pessoas de referência de domicílios particulares com atividade principal como empregado no setor agrícola, de acordo com os dados das PNAD. Brasil, 1992 a 2008.

Ano	População (em 1000)	Amostra	Área média	% da área total dos				Índice de Gini
				50+	10+	5+	1+	
1992	6.509	12.670	32,5	0,18	85,2	73,9	44,4	0,907
1993	6.436	12.409	34,6	0,17	86,2	75,6	48,3	0,912
1995	6.444	12.583	34,5	0,20	86,7	76,5	49,0	0,915
1996	6.144	11.627	33,1	0,14	87,1	76,6	49,9	0,917
1997	6.344	12.500	35,2	0,18	87,3	77,3	51,5	0,919
1998	6.130	11.838	28,8	0,26	84,3	73,2	45,9	0,903
1999	6.518	12.478	28,9	0,25	85,4	74,5	46,3	0,908
2001	6.159	12.466	30,1	0,20	85,7	74,9	47,1	0,909
2002	6.194	12.513	31,3	0,18	85,8	75,6	49,5	0,912
2003	6.304	12.686	33,3	0,17	86,6	76,4	46,8	0,914
2004	6.317	12.628	28,1	0,15	85,6	75,1	47,4	0,910
2005	6.221	12.603	32,6	0,10	87,7	78,1	51,2	0,921
2006	6.014	12.013	37,9	0,10	89,3	81,2	58,6	0,932
2007	5.727	11.047	24,2	0,01	85,0	74,6	48,5	0,911
2008	5.709	10.693	26,4	0,01	87,8	78,2	52,9	0,924

Fonte: Hoffmann, Rodolfo e Ney, Marlon Gomes

Na pesquisa decenal, todos os estabelecimentos são contabilizados. Enquanto os dois últimos Censos apontam um aumento de cerca de 82 mil estabelecimentos, o PNAD indica que, no mesmo período, houve queda de aproximadamente 266 mil⁴. É possível então, concluir que, embora o total de propriedades tenha crescido em número, a quantidade de estabelecimentos em cuja atividade agropecuária é a principal fonte de renda dos proprietários, sofreu forte redução. Quanto ao Gini, aqui, além de substancialmente mais elevado do que o Censo apontou, ele é nitidamente crescente na última década.

⁴ O Censo de 95/96, diferentemente do de 2006, foi apurado com base no ano agrícola. Visto que houve diferença de periodicidade, nesta comparação com o PNAD, considerou-se neste, a média de estabelecimentos entre os anos de 1995 e 1996

II.3 – Distribuição da área segundo as grandes regiões

Dada a heterogeneidade do território brasileiro, é, não apenas interessante, mas também crucial para a compreensão da realidade, uma análise a nível regional. Tal feito nos permite averiguar se as dinâmicas regionais da concentração são próximas à nacional.

O período compreendido pelos dois últimos Censos é marcado pela incorporação de novas tecnologias e forte crescimento do agronegócio. Como potencializadores da concentração fundiária temos: a expansão da fronteira agrícola, a produção em larga escala de grãos, sobretudo no CO e o avanço da pecuária para o Norte. No CO, a concentração das propriedades maiores que 100ha compõem mais de 90% da estrutura fundiária. Os maiores perderam participação relativa, mas a queda de número foi menos sutil do que a de área, o que indica ampliação do tamanho de alguns latifúndios.

Os diferentes tipos e períodos de colonização determinaram a estrutura atual, fizeram das regiões tardivamente ocupadas as que mais concentraram grandes propriedades. No período analisado, apenas CO e N superam a média nacional no quesito $>1000\text{ha}$. No Nordeste, a influência da pequena agricultura familiar, somada a baixa área média, levam alguns estados a serem os menos concentrados do Brasil, embora no total seja a região mais desigual.

A tabela abaixo mostra que, apesar de ter aumentado o número dos menores estabelecimentos no NE, eles perderam área na participação relativa em relação ao avanço dos demais estratos.

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS
POR REGIÕES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA

Ano e Região		Número dos Estabelecimentos		Área dos Estabelecimentos (ha)	
		< 10 ha	>1000 ha	<10 ha	>1000 ha
BR	1995	49,4%	1,0%	2,23%	45,1%
	2006	47,9%	0,9%	2,36%	44,4%
N	1995	30,2%	1,8%	0,8%	51,9%
	2006	26,6%	1,7%	0,7%	47,7%
NE	1995	67,5%	0,4%	5,3%	30,0%
	2006	61,1%	0,3%	5,0%	30,5%
SE	1995	34,1%	0,8%	2,0%	27,0%
	2006	42,7%	0,6%	2,9%	28,8%
S	1995	37,7%	0,5%	4,3%	22,7%
	2006	40,4%	0,4%	4,4%	22,7%
CO	1995	13,4%	8,4%	0,1%	72,2%
	2006	16,5%	6,4%	0,2%	69,6%

Fonte: IBGE . Elaboração: autora

Em três regiões, SE, S e CO, o grupo “<10 ha” avançou em relação aos estratos maiores. Entretanto, ao comparar os últimos Censos com resultados do PNAD, Hoffmann e Ney Gomes concluíram que tal evento se deve à aquisição de áreas de lazer, sítios e chácaras, por pessoas cuja principal/exclusiva fonte de renda se dá nas cidades.

NE e N tiveram o número dos estabelecimentos <10 ha reduzido. Segundo Gerson Teixeira, tal fato se deve ao insucesso de políticas de estímulo à agricultura familiar no fortalecimento da capacidade produtiva.

II.3.1- Região Norte

A região Norte é atualmente a de maior expansão da fronteira agrícola e a segunda em área média do país, com cerca de 115 ha/estabelecimento. Dentre outros fatores, isto decorre de sua exploração recente, com baixos graus de urbanização e densidade demográfica, e abundância em terras devolutas.

Grupos de área total	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)		Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)		Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)	
	1995	2006	1995	2006	1995	2006	1995	2006
Total	446.175	475.775	100,00	100,00	58.358.880	54.787.297	100,00	100,00
Menos de 10 ha	134.803	126.532	30,21	26,59	485.318	361.729	0,83	0,66
10 a menos de 100 ha	217.097	229.105	48,66	48,15	8.700.578	9.338.721	14,91	17,05
1000 ha e mais	8.023	8.274	1,80	1,74	30.313.137	26.139.552	51,94	47,71

FONTE: IBGE ELABORACAO: AUTORA

Entre os últimos Censos observa-se que o número de estabelecimentos inferiores a 10ha foram os que mais regrediram 6,14%, já os maiores que 1000ha sofreram perda de 3,13%. Apenas o grupo “menos de 10ha” apresentou queda em número e área ao mesmo tempo, 6,14% e 25,47%. Ao se analisar o “10 a menos de 100”, diante dos aumentos em área e número, pode-se julgar que, aqui, houve uma melhora distributiva.

II.3.2 – Região Nordeste

É no Nordeste que se observa o maior número de estabelecimentos. Ali se encontra a menor área média, 31 ha/estabelecimento e forte presença da agricultura familiar. Com amplo predomínio do minifúndio, esta região detém metade da produção agrícola familiar do país. Entre 1995 e 2006, o grupo que sofreu perdas mais significativas foi o “menos de 10 ha”, com variações negativas de 4,59% em número e 7,91% em área.

Grupos de área total	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)		Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)		Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)	
	1995	2006	1995	2006	1995	2006	1995	2006
Total	2.326.413	2.454.006	100,00	100,00	78.296.096	75.594.442	100,00	100,00
Menos de 10 ha	1.570.510	1.498.389	67,51	61,06	4.110.940	3.785.719	5,25	5,01
10 a menos de 100 ha	604.261	650.855	25,97	26,52	19.275.283	20.102.139	24,62	26,59
1000 ha e mais	8.907	8.165	0,38	0,33	23.487.735	23.058.824	30,00	30,50

FONTE: IBGE ELABORACAO: AUTORA

Embora a tabela aponte reduções, em quantidade e perímetro do maior estrato, quando se considera a participação relativa, as maiores 1000 ha avançaram em 0,5% de território. Uma maior área relativa, diante de queda do número de propriedades neste estrato, contribuiu para elevação da concentração.

De acordo com o último Censo, todos os estados nordestinos possuem índice de GINI superior a 0,821, sendo Alagoas a maior desigualdade fundiária do país (GINI= 0,871). Do total dos estabelecimentos, os 0,33% maiores ocupam 30,5% de área, enquanto os 61,06% dos menores estão em apenas 5,01% de área.

II.3.3 – Região Sudeste

Assim como o NE, o Sudeste apresentou avanço na área relativa dos estabelecimentos superiores a 1000 hectares. Entretanto, a região destacou-se por apresentar a melhor evolução das propriedades inferiores a 10ha. Diante deste progresso, faz necessária para compreensão, uma análise mais minuciosa dos dados.

Em contraponto ao Censo, a base do PNAD indica queda substancial dos pequenos estabelecimentos. Hoffman deduz com isso que a maior quantidade de pequenos estabelecimentos, observada pelo Censo, decorre, em parte, da aquisição de sítios ou chácaras por pessoas das cidades, cuja renda independe do primeiro setor.

Grupos de área total	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)		Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)		Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)	
	1995	2006	1995	2006	1995	2006	1995	2006
	Total	841.661	922.049	100,00	100,00	64.085.893	54.236.169	100,00
Menos de 10 ha	286.872	393.414	34,08	42,67	1.276.702	1.568.919	1,99	2,89
10 a menos de 100 ha	428.912	411.437	50,96	44,62	15.062.958	13.450.973	23,50	24,80
1000 ha e mais	7.017	5.801	0,83	0,63	17.335.033	15.628.492	27,05	28,82

FONTE: IBGE ELABORACAO: AUTORA

A ampliação da área relativa do maior estrato e a simultânea redução do número destes nos leva à suspeita de crescimento dos latifúndios. Tal crescimento, somado a maior quantidade de pequenos estabelecimentos afetou negativamente o índice de Gini, elevando-o em todos os estados do SE.

II.3.4– Região Sul

No Sul, todas as categorias sofreram reduções de área e suas mudanças relativas foram baixas. Entretanto ocorreram modificações significativas nas quantidades absolutas e percentuais. Neste quesito, apenas as pequenas avançaram. Quanto às maiores de 1000ha, percebe-se, assim como nas regiões acima, avanço na área relativa e regresso na quantidade, o que demonstra aumento de concentração. O Gini de 2006 também foi superior ao de 1995, em todos os estados.

Grupos de área total	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)		Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)		Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)	
	1995	2006	1995	2006	1995	2006	1995	2006
	Total	1.003.180	1.006.181	100,00	100,00	44.360.364	41.526.157	100,00
Menos de 10 há	377.761	406.481	37,66	40,40	1.900.194	1.839.099	4,28	4,43
10 a menos de 100 ha	555.246	515.456	55,35	51,23	14.965.248	13.656.980	33,74	32,89
1000 ha e mais	5.030	4.468	0,50	0,44	10.054.844	9.443.098	22,67	22,74

FONTE: IBGE ELABORACAO: AUTORA

II.3.5 – Região Centro-Oeste

O Centro-Oeste foi a região onde a quantidade de estabelecimentos mais cresceu. Entre os Censos, foram quase 31%, contra menos de: 0,3% no Sul, 10% no Sudeste, 5,5% no Nordeste e 6,65% no Norte.

Grupos de área total	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)		Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)		Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)	
	1995	2006	1995	2006	1995	2006	1995	2006
Total	242.436	317.478	100,00	100,00	108.510.012	103.797.329	100,00	100,00
Menos de 10 ha	32.427	52.255	13,38	16,46	159.350	243.140	0,15	0,23
10 a menos de 100 ha	110.971	164.724	45,77	51,89	4.689.518	6.344.278	4,32	6,11
1000 ha e mais	20.380	20.203	8,41	6,36	78.293.170	72.283.251	72,15	69,64

FONTE: IBGE ELABORACAO: AUTORA

Desde o início, destinada a ser parte do “celeiro do mundo”, a agropecuária de grandes glebas é marcante na região. Com a maior área média, 327 hectares, é onde os menores estabelecimentos tem a menor representatividade, ocupando 0,23% da área do total. Entretanto, no período analisado, nos estabelecimentos entre 10 e 100 hectares, houve melhor distribuição.

Verifica-se assim que, apesar das variações entre as diferentes regiões, temos um aspecto em comum: manutenção de elevado grau de concentração fundiária, resultando em elevados índices de Gini por todo o território nacional. As regiões S, SE e NE, tiveram acréscimo da participação relativa das grandes propriedades sobre a área dos estratos inferiores. Nas regiões N e CO, são onde as maiores do que 1000 ha tem maior representatividade.

CAPÍTULO III - A FINALIDADE DADA ÀS TERRAS BRASILEIRAS

O processo de concentração de terras no Brasil é, atualmente, duplamente determinado, tanto pelas propriedades produtivas quanto pelas ociosas. Para compreender sua dinâmica, faz-se necessário analisar a distribuição fundiária entre terras produtivas e improdutivas, não apenas a nível nacional, mas respeitando as especificidades de cada região. Serão auferidas aqui, as tendências da produção agropecuária, além do possível uso especulativo da terra.

Quanto às propriedades produtivas, o que irá se observar é o crescimento do cultivo de culturas de exportação, principalmente soja, cana-de-açúcar e milho. Estas são as que ocupam maiores extensões territoriais, necessitam ser produzidas em quantidade elevada, seja para gerar economias de escala ou de comércio. O avanço destas grandes plantações pode ter sido um dos fatores que levaram à contração, em quase todas as regiões, da plantação de itens básicos à cesta do brasileiro, como arroz e feijão.

No Brasil, temos difundida uma visão triunfalista do grande agronegócio, dos grandes conglomerados produtivos que geram riqueza e contribuem para o progresso da nação. Excetuando-se no meio acadêmico, pouco se ouve falar a respeito dos milhões de hectares improdutivos, distribuídos por todo o território nacional, que alimentam a especulação e os especuladores e, muitas vezes, condicionam à fome o pequeno agricultor e desempregados nas cidades.

Embora coexistentes, os dois meios de manutenção da grande propriedade territorial não são conflitantes. A relação entre os “barões” do agronegócio e especuladores sempre foi harmônica, de solidariedade entre a classe latifundiária. Consensualizam quanto ao direito de propriedade e, historicamente, sempre o defenderam, independente de exercerem ou não, a função social.

"A persistência do passado que se esconde, e às vezes se esconde mal, por trás das aparências do moderno (...). São estruturas, instituições, concepções e valores enraizados em relações sociais que tinham pleno sentido no passado, e que, de certo modo, e só de certo modo, ganham vida própria" (Martins, 1994, p. 11-14)

III.1 – A estrutura produtiva

A estrutura produtiva de uso da terra explica, em parte, a lógica por trás da distribuição fundiária. Com o agronegócio temos de um lado as herdades produtoras e de outro, a agropecuária familiar. Ele, apesar de ser um fator importante no PIB, gerador de divisas que contribuem para o equilíbrio externo, internamente é um dos responsáveis pela marginalização de pequenos proprietários na esfera produtiva.

Brasil - Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização das terras - Hectare

Utilização das Terras	1996	2006	Variação de 1996 p/ 2006	Participação sobre o Total	
				1996	2006
Área Total	353.611.246	329.941.393	-6,7%		
Lavouras permanentes	7.541.626	11.612.227	54,0%	2,13%	3,52%
Lavouras temporárias	34.252.829	48.234.391	40,8%	9,69%	14,62%
Matas naturais	88.897.582	93.982.304	5,7%	25,14%	28,48%
Pastagens plantadas	99.652.009	101.437.409	1,8%	28,18%	30,74%
Matas plantadas	5.396.016	4.497.324	-16,7%	1,53%	1,36%
Pastagens naturais	78.048.463	57.316.457	-26,6%	22,07%	17,37%

Ao analisarmos o quadro geral, obtido com informações dos últimos Censos, nota-se que a maior expansão de áreas utilizadas se deu na agricultura. Quanto à pecuária, se considerar apenas as áreas de pastagem, houve redução de quase 19 milhões de hectares, o que representa mais de 10% de recuo. Entretanto ela ainda ocupou, em 2006, quase metade da área total, 48,12%.

As lavouras temporárias são o maior destaque da agricultura nacional, nela encontram-se produtos como soja, milho, cana-de-açúcar, geralmente destinados ao mercado externo. Dentre outros, que contribuem na pauta de exportações, temos aqui também os tipicamente brasileiros, mais voltados ao mercado interno, como o feijão e a mandioca.

As lavouras permanentes⁵ produzem, praticamente, frutas. Também, de significativa importância, encaixam-se aqui as castanhas e o café. Embora o Brasil permaneça até os dias atuais como líder na exportação deste produto, a maioria da cesta que constitui esses tipos de lavouras, ao contrário das temporárias, visa atender ao mercado interno.

Brasil: Produção e área Colhida
Principais Lavouras - 1996 e 2006

	Produção vegetal (ton)		Área colhida (Ha)		Produção vegetal		Área colhida	
	1996	2006	1996	2006	Variação Abs.	Variação %	Variação Abs.	Variação %
Soja em grão								
	21.563.768	40.712.683	9.479.893	15.646.990	19.148.915	89%	6.167.097	65%
Milho em grão	25.510.505	42.281.800	10.602.850	11.724.362	16.771.295	66%	1.121.512	11%
Cana-de-açúcar	259.806.703	384.165.158	4.216.427	5.577.643	124.358.455	48%	1.361.216	32%
Feijão em grão	1.450.570	3.108.983	3.225.092	4.327.697	1.658.413	114%	1.102.605	34%
Mandioca	9.099.213	16.093.942	1.233.138	2.702.101	6.994.729	77%	1.468.963	119%
Arroz em casca	8.047.895	9.447.257	2.977.019	2.409.589	1.399.362	17%	-567.430	-19%
Café em coco	2.838.195	2.360.756	1.812.250	1.687.854	-477.439	-17%	-124.396	-7%
Trigo em grão	1.433.116	2.257.598	893.555	1.300.008	824.482	58%	406.453	45%
Algodão/caroço	814.188	2.350.132	619.627	786.973	1.535.944	189%	167.346	27%
Laranja	78.142.437	11.690.719	946.886	596.919	-66.451.718	-85%	-349.967	-37%
Fumo em folha	451.418	1.109.036	304.376	567.970	657.618	146%	263.594	87%
Cacau (amêndoas)	242.104	199.172	679.778	515.871	-42.932	-18%	-163.907	-24%
Uva	274.213	828.892	21.729	63.483	554.679	202%	41.754	192%

Fonte: IBGE

A soja foi a cultura que mais expandiu na variação absoluta. Ela é a maior em área colhida e sua produção praticamente dobrou em dez anos. Conforme a tabela acima, das treze maiores áreas de plantações, as lavouras temporárias ocupam as nove primeiras colocações. Quanto às permanentes, laranja, cacau e uva, excetuando-se esta última, que triplicou de área, houve queda de colheita.

⁵ São consideradas, pelo IBGE, lavouras permanentes, “aqueelas que compreendem a área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitasse de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Foram incluídas nesta categoria as áreas ocupadas por viveiros de mudas de culturas permanentes. Lavouras temporárias- Abrangem as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitassem, geralmente de novo plantio após cada colheita, incluíram-se também nesta categoria as áreas das plantas forrageiras destinadas ao corte.”

Embora a mandioca tenha sido a plantação que mais cresceu em extensão territorial, 119%, ao se analisar a questão da produtividade total, observa-se que apenas a da mandioca caiu. Neste quesito, os que mais progrediram foram: algodão em caroço, 124%, arroz, 44,6%, e feijão, 41,7%.

Quanto à criação animal, o país é líder mundial na produção de frangos, suínos e bovinos. Os dois primeiros são, em sua maioria, criados confinados e em regime de integração nas pequenas e médias propriedades; já o último, é prioritariamente de forma extensiva. Atualmente a criação de bovinos é atividade econômica que ocupa maior extensão territorial, superando muito a segunda colocada, agricultura. Em 2006 eram 158,7 milhões de hectares em pastagens enquanto as áreas agrícolas ocupavam menos de 60 milhões.

Tipo de utilização das terras	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)		Percentual da área em relação à área total (Percentual)	
	1995	2006	1995	2006
Lavouras	50.104.483	59.846.332	14,17	18,14
Pastagens	177.700.472	158.753.745	50,25	48,12
Matas e florestas	110.653.683	98.479.580	31,29	29,85

FONTE: IBGE ELABORACAO: AUTORA

O Brasil possui o segundo maior rebanho bovino do mundo (atrás apenas da Índia) e o maior rebanho comercial, visto que, Índia não usa seu rebanho para este fim. Desde 2004, quando ultrapassou a Austrália, somos o maior exportador desta carne. Também é o terceiro maior rebanho leiteiro, 17 milhões de vacas, embora ocupe apenas a sexta colocação na produção mundial de leite, com 30 bilhões L/ano (ANUALPEC 2009).

III.1.2- A dinâmica da evolução produtiva

O presente item foi desenvolvido com base nos últimos censos agropecuários do IBGE. Segundo ele, todas as regiões seguiram a mesma tendência de redução da área utilizada. Houve aumento geral da área das lavouras permanentes e temporárias, com destaque para Norte, 155% e 89% e Centro-Oeste, 188% e 82%. No Sul, o incremento das permanentes também foi expressivo, 130%.

Quando se trata da maior expansão absoluta, no Norte foi a área das pastagens plantadas; no Nordeste, as matas naturais e lavouras temporárias; no Sul e Centro-Oeste, as temporárias. No Sudeste, por ter sido a região que sofreu a maior perda de área utilizada, não houve incremento substancial, tendo sido as matas naturais que tiveram maior avanço.

A respeito do recuo das áreas, no N, tanto em variação absoluta quanto relativa, as mais afetadas foram as de pastagens naturais e matas naturais, com as respectivas perdas, - 3.718.606 ha (-39%) e -3.481.399ha (-14%). No NE, apenas as pastagens naturais recuaram, - 3.965.711ha (-20%). O SE perdeu em pastagens, plantadas (-18%) e naturais (-37%) e em matas plantadas (-38%), tendo sido a perda absoluta mais forte nas pastagens naturais, - 6.471.060 hectares. O S perdeu basicamente nas pastagens dos dois tipos, num total de - 5.085.820 (-53%). O CO retrocedeu nas áreas de pastagens e matas, tanto nas naturais quanto na plantadas, tendo sido a principal perda absoluta de -3.712.451 em pastagens naturais e a relativa em matas plantadas, -26%.

Dispersa por todo o território nacional, a pecuária segue uma dinâmica particular, resultante de mudanças que ocorreram principalmente no século passado. Mudanças essas, ligadas não apenas à bovinocultura, como controle sanitário, expansão da fronteira agrícola, mas também transformações na estrutura econômica do país, como abertura econômica, encarecimento de terras no Sudeste, estabilização da moeda e políticas cambiais.

A dinâmica da bovinocultura sobre o território nacional segue um duplo movimento: fluxo contrário ao das aglomerações populacionais e junto a essas aglomerações. O primeiro fluxo é influenciado pela articulação de fatores centrífugos como o encarecimento do preço da terra no SE e S, e por fatores atrativos como os menores custos e fertilidade dos solos no CO e N. O segundo fluxo, menos expressivo, mantém ou atrai atividades de pecuária intensiva.

Entre os anos de 1996 e 2006 o rebanho bovino nacional incorporou 18,6 milhões de cabeças. Destes, 14 milhões foram só no Norte. Os efetivos de aves e caprinos cresceram em todas as regiões do país, com incorporação de, respectivamente, 95% 7,8%. Quanto às aves, o Sul é o maior produtor nacional e quanto aos caprinos, o Nordeste é o principal. Os demais plantéis não seguiram uma direção uniforme, variaram de acordo com as especificidades de cada região.

A dinâmica da expansão dos estabelecimentos agrícolas, no país, segue a trajetória para o Norte, em direção à fronteira amazônica. Geralmente, o processo é a ocupação via pecuária (bovina) em substituição aos biomas naturais (situação atual no N), seguido mais tarde, pelo relativo avanço de plantações de culturas exportáveis, principalmente cana, soja e milho (caso do Centro-Oeste). Há uma notável redução do rebanho bovino, tanto no sudeste,

quanto no Sul, e uma avanço no Norte, o que sugere um deslocamento para a parte superior do país.

Norte

No Norte estão situados grandes estabelecimentos ligados à expansão da fronteira agrícola. Entretanto, devido à ocupação mais recente, é uma área que também conta a presença de muitos posseiros, pequenos agricultores familiares, ribeirinhos que vivem da pesca e de extração vegetal, muitos ainda em regime de subsistência. Tal contraste faz esta região compreender áreas de variado grau de concentração e constantes conflitos pela posse de terras.

Provavelmente por uma questão cultural, de hábito alimentar da população nortista, a maior evolução absoluta de área colhida foi a da mandioca, mais que dobrou, embora a produção tenha caído. Soja e cana-de-açúcar tiveram avanço tanto em área quanto em produção, tornando-se as culturas que mais se expandem pela região. A primeira ocupou em 2006 uma área colhida 3333% maior do que em 1996, com mais 2522% de produção. A última, em área, variou 442% e em produção, 236%.

Sudeste

A maior lavoura do Sudeste também é a de cana-de-açúcar, que se destaca, principalmente, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2006 foram 86.242.406 hectares produzindo 259.316.089 toneladas do produto, o que, no comparativo, representou uma produção 50% maior que em 1995 numa área 34% maior.

Por sua colonização mais tardia e maior densidade populacional, é uma região onde a relação entre pequenas, médias e grandes propriedades estão distribuídas de forma menos desarmônica. Entretanto, como observado pelo Censo 20006, “*a especialização em lavouras modernizadas, como as de cana-de-açúcar, em São Paulo, repele o produtor com menor grau de capitalização.*”

Sul

A região Sul, no que tange aos modos de produção, talvez seja a mais complexa. Tem-se ali, a forte presença tanto de pequenos agricultores familiares, quanto de integrados, e

de grandes propriedades produtivas. O Sul apresentou a soja como maior cultura em área colhida. Entre os anos observados, a evolução foi de 41%, que totalizou 6.806.397 hectares em 2006, num incremento de produção de 55%. O milho é outro grão de importância nesta região e, embora quase não tenha avançado em extensão (3%), ocupou naquele ano 4.188.758 ha. Quanto aos ganhos em produtividade, este cereal foi destaque, + 57% de produção num espaço apenas 3% maior.

Nordeste

No Nordeste, a principal cultura quanto à produção vegetal, é a cana-de-açúcar. Entre os últimos Censos, esta evoluiu nos dois quesitos, extensão e quantidade colhida. A mandioca, o milho e a soja também merecem ênfase. O milho, com mais 788.098 hectares, continuou a ocupar a maior área, seguido pela mandioca (+ 1.041.576 ha), pela cana (+128.213 ha) e pela soja (+694.623).

“Um contraponto ao padrão fundiário de menor desigualdade do Brasil meridional, é encontrado tanto na Região Nordeste, como, mais recentemente, na Região Centro-Oeste, onde a desigualdade vem acompanhando o processo de modernização produtiva e inserção ao competitivo mercado mundial de commodities agrícolas. quanto as regiões de cerrado do oeste baiano, nas quais a expansão da soja inserida em um pacote tecnológico e o elevado grau de articulação com o comércio mundial de commodities agrícolas impõem uma escala de grande produção como pressuposto para inserção no mercado”. IBGE, Censo agropecuário, 2006

Centro-Oeste

No Centro-Oeste, as culturas que lideram, seja em produção ou em área colhida, são também as principais plantações nacionais. A soja foi a que mais expandiu nesta região, ampliando seu território em 3.181.703 hectares, cerca de 94% a mais, com crescimento da produção de 121%. A cana-de-açúcar mais que dobrou de área colhida, foram incorporados 317.593ha que significaram + 110%. O milho cresceu cerca de 700mil ha. Já o algodão ampliou seu espaço de colheita e 225%.

De acordo com nota do Censo 2006, o IBGE afirma que “*a monocultura da soja ou do binômio soja-milho, além do algodão, fez por reforçar a desigualdade que marcava a propriedade da terra em uma região historicamente ocupada por uma pecuária ultraextensiva. Assim, ao contrário das áreas do Rio Grande do Sul e do Paraná (...) na*

Região Centro-Oeste esta lavoura alcançou uma escala de tecnificação que influenciou a concentração fundiária nestes recortes.”

III.1.3 – Agricultura familiar *versus* patronal

Há décadas tem-se acompanhado, no Brasil, a redução de espaço da agricultura familiar para a patronal. Entretanto aquela é responsável por cerca de 70% do nosso abastecimento interno, proporcionando-nos boa parte da segurança alimentar.

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, os estabelecimentos ocupados pela agricultura familiar representavam 84,4% do total, ocupando uma área de 24,3% desses. Já os não-familiares eram 15,6%, numa área de 75,7%. O tamanho médio destes era 309,18 ha, enquanto daqueles, 18,37ha.

Dedicada mais às culturas permanentes, a agricultura familiar respondeu, naquele ano, pela absorção de 74,4% da mão-de-obra utilizada e pelo abastecimento de: 58% da produção nacional de leite, 87% da mandioca, 46% do milho, 70% de feijão, 38% do café, 34% do arroz, 59% do plantel de suínos, 30% dos bovinos e 50% das aves. A menor participação foi da soja, apenas 16% da produção do país.

Além de garantir o abastecimento interno, a agricultura familiar é a que mais emprega mão-de-obra. Em 2006, ela absorveu 74,4% dos trabalhadores rurais, contribuiu assim para fixar este contingente no campo evitando mais êxodo. Enquanto ela detém cerca de quinze trabalhadores a cada 100 ha, a patronal mantém menos de dois.

No que tange ao valor receita declarada pelos estabelecimentos, a patronal é responsável por cerca de dois terços da produção. Entretanto, gera um produto médio bastante inferior, R\$358/ha contra R\$677/ha da familiar.

Na opinião de Guanziroli “os agricultores familiares são sensíveis aos estímulos de mercado, absorvem tecnologia moderna e produzem eficientemente podendo, portanto, produzir alimentos e matérias-primas em quantidade e qualidade requeridas pela expansão do setor urbano-industrial”.

III.2- Terras improdutivas

Atualmente são utilizados dois importantes instrumentos para a avaliação da produtividade, o grau de utilização da terra e grau de eficiência na exploração. O GUT é a relação entre área efetivamente utilizada sobre área aproveitável. O cálculo do GEE, por não seguir a mesma fórmula para todo o território, é mais complexo e extenso de definir. Ele é calculado de acordo com base em tabelas constantes da Instrução Normativa (IN- INCRA 10/02), nas quais são levadas em conta as especificidades de cada município e tipo de atividade agropecuária.

A partir dos GUT e GEE é possível investigar o cumprimento, ou não, por parte dos estabelecimentos agropecuários, da função social da terra⁶. O imóvel é considerado improdutivo quando encontra-se parcialmente ou todo inexplorado por seu ocupante. As exigências do INCRA, órgão responsável pela vistoria, são que o GUT não seja inferior a 80% e nem o GEE menor que 100%.

A definição de uma propriedade como improdutiva poderia, segundo a Constituição Federal, torná-la passível de desapropriação pelo INCRA. Entretanto os parâmetros de referência de tal mensuração são ultrapassados, ainda tem como base a atividade agropecuária de 1975. Com isso, uma propriedade é atualmente julgada produtiva através dos referenciais de mais de três décadas atrás.

As propriedades fundiárias voltarão aqui a serem tratadas como imóveis rurais, já que é o INCRA quem fornece as informações sobre a produtividade, ou não, das terras. Segundo as últimas publicações, há fortes indícios do crescimento no grau de ociosidade nos grandes imóveis. Em 2010 foram, ao todo, 228,5 milhões de hectares, distribuídos em 69,2 mil grandes propriedades.

Diferentemente do captado pelo IBGE, a tendência apontada por aquela autarquia é de crescimento da área ocupada pelas propriedades rurais, variação de 36,6% entre 2003 e 2010. O tipo de imóvel que mais avançou em extensão foi a grande propriedade, com ênfase à grande improdutiva, com elevação de 71%, que significaram incremento de 94,7 milhões de ha subaproveitados, enquanto as produtivas cresceram apenas 11,5%.

⁶ **Art. 186, da C.F:** A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Evolução da Concentração da Propriedade da Terra no Brasil
Medida pelos Imóveis – 2003/2010

Classificação Imóveis	2003			2010			Crescimento da área por setor 2010/2003
	Número	Área (há.)	Peso s/área total	Número	Área(há.)	Peso s/área total	
1. Minifúndio	2.736.052	38.973.371	9,3%	3.318.077	46.684.657	8,2%	19,7%
2. Pequena Propriedade	1.142.937	74.195.134	17,7%	1.338.300	88.789.805	15,5%	19,7%
3. Média Propriedade	297.220	88.100.414	21,1%	380.584	113.879.540	19,9%	29,3%
4. Grande Propriedade	112.463	214.843.865	51,3%	130.515	318.904.739	55,8%	48,4%
a) Improdutiva	58.331	133.774.802	31,9%	69.233	228.508.510	(40,0%)	71,0%
b) Produtiva	54.132	81.069.063	19,4%	61.282	90.396.229	(15,8%)	11,5%
5. Total- Brasil	4.290.482	418.456.641	100%	5.181.645	571.740.919	100%	36,6%

Fonte: Cadastro do INCRA – Classificação segundo dados declarados pelo proprietário – e de acordo com a Lei Agrária/93

Entre a apuração das duas últimas coletas houve ampliação (em todas as categorias), tanto do número (878.804) quanto da área dos imóveis rurais (1522.145.957). Entretanto a maior ocorreu nas grandes propriedades, 48,4% e, ao se analisar a evolução da participação relativa, fica evidente o avanço destas em relação às demais. O fator mais preocupante nisto é o recuo relativo do subgrupo produtivas⁷, de 37,73% para 28,35%. Dado o crescimento do grau de ociosidade nos latifúndios, aparentemente, temos uma tendência ao maior uso especulativo da terra.

⁷ Os índices usados para esta definição são os mesmos desde 1975.

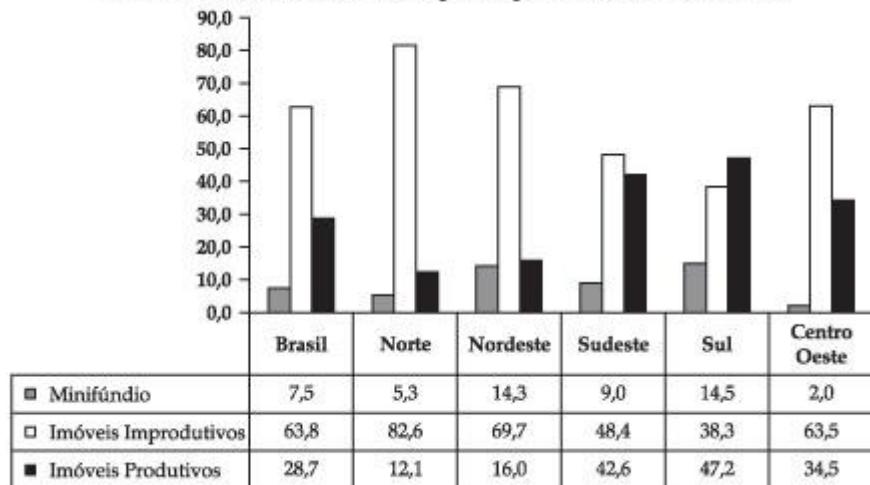
Indicadores Comparativos

Categoria	Participação área-2003	Participação área-2010	Variação part. área	Variação área
Minifúndio	9,4%	8,2%	-12,3%	19,8%
Pequena Propriedade	17,8%	15,6%	-12,4%	19,7%
Média Propriedade	21,2%	20,0%	-5,3%	29,3%
Grande Propriedade	51,6%	56,1%	8,7%	48,4%
Grande Produtiva*	37,7%	28,3%	-24,9%	11,5%
Grande improdutiva*	48,4%	71,7%	48,14%	88,5%

Fonte: Cadastro do INCRA – Classificação segundo dados declarados pelo proprietário – e de acordo com a Lei Agrária/93

*Referentes à participação nas respectivas áreas totais das grandes propriedades

O gráfico abaixo, montado a partir da base do INCRA, é do mesmo período do último Censo agropecuário 2006. Naquele ano, os imóveis improdutivos, das pequenas, médias e grandes propriedades ocuparam juntos uma área de quase 64% do total dos imóveis. Neste quesito, região Norte deu a pior contribuição, 82,6% sub aproveitados e, apenas o Sul obteve a extensão dos produtivos superior aos improdutivos. Entretanto, na análise entre os anos 2003 e 2010, foi ela a parte do país em que, estes últimos mais avançaram.

Gráfico 1. Brasil: área ocupada pelos imóveis rurais.

Fonte: MDA/Incra (DIEESE, 2006).

“Segundo a constituição de 1988 e a lei agrária de 1993, todas as propriedades do Brasil devem ser classificadas por tamanho e pelo índice de produtividade entre: pequenas, medianas e grandes propriedades. Entre as grandes propriedades, podem ser produtivas e improdutivas. E todas as grandes propriedades IMPRODUTIVAS deveriam ser desapropriadas, porque não cumpre função social, e por tanto distribuídas aos trabalhadores rurais sem terra.” (Comissão Pastoral da Terra, 2011)

Brasil e Regiões: Grandes Propriedades Improdutivas

	2.003		2010		Variação N. Imóveis	Variação Área
	N. Imóveis	Área-ha	N. Imóveis	Área-ha		
BRASIL	58.331	133.774.803	69.233	228.508.510	18,7%	70,8%
SUDESTE	10.411	10.051.549	11.902	11.820.096	14,3%	17,6%
SUL	5.413	3.788.530	7.139	5.288.915	31,9%	39,6%
NORDESTE	12.205	24.749.873	15.282	35.564.950	25,2%	43,7%
NORTE	12.613	45.523.439	16.452	116.294.865	30,4%	155,5%
CENTRO-OESTE	17.689	49.661.412	18.458	59.539.683	4,3%	19,9%

Fonte: INCRA

No quadro regional, entre os anos de 2003 e 2010, foi no Sul em que houve maior crescimento do número de imóveis improdutivos, 31,9%. Na região Norte, aonde esse tipo de imóvel mais ganhou espaço, avançou 155,5% em área e 30,4% em quantidade. Quanto a esta última, o Centro-Oeste permaneceu praticamente estável, 4,3% de variação em sete anos,

embora de extensão improdutiva tenham se acrescido em quase 10 milhões de hectares. Em termos absolutos, foi no Sudeste em que as terras subaproveitadas menos evoluíram, cerca de 1,77 milhão de hectares.

O movimento nacional de crescimento do grau de ociosidade da terra é nítido, em todas as regiões do país. Entretanto é puxado, principalmente, pela expansão da fronteira amazônica, no Norte. Há uma corrida pela aquisição de novas áreas, dadas as expectativas de valorização futura. A atividade que mais tem avançado ali é a agropecuária, com a bovinocultura extensiva, mediante plantação de pastagens em áreas anteriormente de floresta.

Brasil e Regiões: Grandes Propriedades Produtivas

	2010		2003		Variação N. Imóveis	Variação Área
	N. Imóveis	Área-ha	N. Imóveis	Área-ha		
BRASIL	61.282	90.396.229	54.132	81.069.063	13,2%	11,5%
SUDESTE	16.522	14.165.274	15.786	14.324.085	4,66%	-1,1%
SUL	14.867	11.480.675	12.072	9.820.050	23,22%	16,9%
NORDESTE	4.715	7.288.770	4.450	6.502.432	5,85%	12,1%
NORTE	3.776	11.460.965	2.886	9.229.170	30,84%	24,2%
CENTRO-OESTE	21.402	46.000.545	18.938	41.193.328	13,01%	11,7%

Fonte: INCRA

“Nas condições brasileiras, caracterizadas pela utilização de apenas pequena parcela da disponibilidade total de terras, a renda territorial deveria ser muito baixa e, o que é mais, considerado que sua oferta cresce energicamente, à medida que novas terras vão tornando acessíveis, habitáveis e agricultáveis, seria de esperar que seu preço tendesse a cair. Se, ao contrário, concomitantemente com esse processo de aumento de oferta de terra, o preço se eleva, como está acontecendo, a causa deve ser buscada alhures, isto é, do lado da demanda. (...). A demanda agrícola tende a declinar, como resposta às inovações agronômicas, no sentido de elevar a produtividade por unidade de área. (...) Deve, portanto, haver uma outra demanda de terra, responsável por uma quarta renda, causadora última da “valorização” da terra, tanto rural, como urbana” (Rangel, 2005).

CONCLUSÃO

O Brasil segue com uma das estruturas fundiárias mais desiguais do mundo, reproduzindo, sob diferentes formas, a dominação das maiores propriedades sobre as menores. O alto preço das terras e a falta de políticas eficientes de estímulos aos pequenos proprietários têm deixado estes à margem, não apenas impedindo o acesso a novas terras, mas também afastando muitos do processo produtivo.

Embora contribua bastante para sustento de nossa balança comercial e para o crescimento da economia nacional, a agropecuária em larga escala tem se mostrado um processo cada vez mais excludente. Quase sempre a favor de oligarquias ligadas ao ramo, a agropecuária chega a ter um lado ilícito, como grilagem de terras e exploração de trabalho compulsório. Contribui também para ampliação da desigualdade no meio rural e até mesmo no urbano.

“A realidade do agronegócio brasileiro é, na verdade, uma grande contradição, porque realiza a associação do grande capital agroindustrial e financeiro com a grande propriedade fundiária, perseguindo um projeto de expansão agrícola e territorial (lucro + renda da terra) de caráter fortemente excludente: dos índios, da Reforma Agrária, do emprego da força do trabalho não qualificada, do meio ambiente protegido, da função social da propriedade fundiária etc.” Delgado

A modernização técnica dispensa mão-de-obra, gerando desemprego no campo. Quando se cogita uma hipótese de Celso Furtado, o abandono de atividades agrícolas gera êxodo rural que, diante da falta de capacidade de absorção desta mão-de-obra desqualificada nas cidades, gera mais pobreza. Furtado e Caio Prado Jr já chamavam atenção para esta questão há mais de três décadas atrás, entretanto, nada foi feito.

No Brasil, há um debate dicotômico sobre a sustentabilidade e geração de produto por parte das agriculturas familiar e patronal. Quando comparadas, a familiar tem uma capacidade muito superior de empregabilidade, melhor distribuição de renda, uso racional dos fatores de produção (terra, trabalho, aditivos químicos, etc.). A patronal corresponde à maior geração de produto, não apenas pela larga escala, possibilitada pelas grandes extensões de terra e estímulos do governo (crédito e política), mas também pelo uso indiscriminado de recursos naturais.

Na história brasileira, os ciclos favoráveis ao agronegócio estiveram diretamente relacionados ao quadro macroeconômico do país. O mercado interno tem assumido papel secundário nas questões agrícola e agrária. Através do “ajustamento constrangido” tem-se mantido o equilíbrio externo. Focado em produtos primários, quase sem valor agregado, o Brasil leva sua pauta de exportações com base em commodities, à mercê da conjuntura internacional.

As regras mudam, mas a solução “estratégica” tem se repetido. Déficit no BP leva ao estímulo ao agronegócio para geração de divisas e suprimento do rombo das contas correntes. Tal política leva à valorização da renda da agricultura, consequentemente da renda da terra. Ao encarecer este fator abundante tem-se induzido à concentração fundiária, principalmente para fins especulativos.

“Sob a égide da política do ajustamento constrangido nos períodos de fluxo da renda da terra, esta é puxada pela expansão do produto da agropecuária, sob comando do agronegócio e sustentação da demanda externa”. Para Delgado essa expansão se submete a três restrições essenciais: manutenção de grandes extensões de terra improdutiva, restrição da demanda interna de bens e serviços e limitação das oportunidades de emprego, visto que os níveis de ocupação da força de trabalho dependem do padrão tecnológico alcançado pelo agronegócio.

Aqueles três fatores limitam o desenvolvimento econômico do país. “Por um lado, restringem o papel do comércio exterior aos serviços dos passivos externos. E sob o peso dessa restrição, os saldos de comércio não encadeiam demanda interna e emprego, mas repercutem na renda da terra e na especulação fundiária.”, completa ele.

Quanto aos períodos de refluxo, de queda do preço da terra, argumenta Delgado que sua cotação acompanha a das commodities. Quando ocorre este movimento de desvalorização, ao invés de favorecer a democratização deste bem, a resultante é o abandono de atividades, inclusive na agropecuária familiar.

Tal movimento de oscilação, entre fluxo e refluxo, favorece aos donos de propriedades improdutivas capturarem renda da terra, pela elevação de seu preço. Este, por sua vez, reflete o aumento da renda agrícola. Sem uma política fundiária frouxa, que não fiscaliza e assim não

pune (nem com aumento progressivo de ITR, nem com desapropriação) o elevado grau de ociosidade das terras brasileiras, seria inviável essa estratégia dos grandes proprietários.

“Como ativo a terra inclui na agenda das lutas nacionais, urgência na ‘regulação’ de seu mercado, exatamente para reduzir o furor dos preços e democratizar o acesso à propriedade. As inovações financeiras no mercado de capitais, de forma a captar as massas de recursos a imobilizar e uma ação de redução de liquidez, e elevação dos custos de manutenção do ativo terra terão impactos nos seus preços relativos em comparação com outros ativos e não deve ser um elemento estranho da política fundiária como tem sido até o momento na história brasileira”. (José Gonçalves)

GLOSSÁRIO – extraído do DIEESE(2010)

Agricultura familiar: Refere-se ao estabelecimento que não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento:IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Agricultura patronal - Refere-se aos estabelecimentos onde a direção dos trabalhos não é exercida pelo produtor e/ou o trabalho contratado é superior ao familiar. Além disso, ainda que estes dois critérios não sejam verificados, o estabelecimento é de agricultura patronal se a área for superior a que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho associado à tecnologia de que dispõe.

Agronegócio - Agronegócio (agribusiness) é o conjunto de negócios relacionados à agricultura do ponto de vista econômico. É dividido em três partes: a) A de negócios agropecuários propriamente ditos (ou de “dentro da porteira”) que representam os produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes produtores, b) os negócios à montante (ou “da pré-porteira”) aos da agropecuária, representados pela indústria e pelo comércio que fornecem insumos para os negócios agropecuários. c) negócios à jusante (ou “pós-porteira”) que são aqueles negócios que compram os produtos agropecuários, os beneficiam, os transportam e os vendem para os consumidores finais.

Área explorada - Para o Incra são as áreas com culturas, reflorestadas com essências nativas, extração vegetal, pastagens e exploração granjeira ou aquícola.

Áreas exploráveis - Corresponde ao somatório da área explorada e da área aproveitável (explorável) mas não utilizada.

Área das propriedades produtivas: áreas dos imóveis que atingem 80% de Grau de Utilização da Terra-GUT e 100% de Grau de Eficiência na Exploração-GEE. Não sendo computadas as áreas exploradas dos imóveis classificados como não produtivos;

Arrendatário - Condição do produtor que toma as terras do estabelecimento em arrendamento mediante o pagamento de quantia fixa em dinheiro ou sua equivalência em produtos ou prestação de serviços.

Grande propriedade: o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) área explorada: área com culturas permanentes reflorestadas com essências nativas, culturas temporárias, horticultura, extração vegetal, pastagens naturais, pastagens plantadas, pastoreio temporário, exploração granjeira ou aquícola, do total de imóveis cadastrados;

Grilagem – apropriação ilegal de terras devolutas ou de terceiros por meio de escrituração falsa.

Estabelecimento agropecuário (IBGE) - Considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais.

Estrutura Fundiária - É a maneira como está organizada a propriedade da terra e o tamanho dessas propriedades em um dado momento histórico.

Imóvel Rural (Incra) - Imóvel Rural, para os fins de cadastro do Incra, é o prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencente a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extractiva vegetal ou agro-industrial, independente de sua localização na zona rural ou urbana do município, com as seguintes restrições: I - Os imóveis localizados na zona rural do município cuja área total for inferior a 5.000 m² não são abrangidos pela classificação de “Imóvel Rural” e não são objeto de cadastro. II - Os imóveis rurais localizados na zona urbana do município somente serão cadastrados quando tiverem área total igual ou superior a 2 ha e que tenham produção comercializada.

Módulo Fiscal - Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: 1) tipo de exploração predominante no município; 2) renda obtida com a exploração predominante; 3) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; 4) o conceito de propriedade familiar.

Parceiro - Condição do produtor que explora o estabelecimento de terceiros em regime de parceria mediante contrato verbal ou escrito do qual resulta a obrigação de pagamento, ao proprietário, de um percentual da produção obtida.

Posseiro - Pessoa que explorava o empreendimento em bem, móvel ou imóvel, de propriedade de terceiros, sem ter consentimento para usá-lo e nada pagando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUALPEC– **Anuário da Pecuária Brasileira**. São Paulo: FNP, 2009

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. in CARTER, Miguel. (org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003 In: JACCOUD, L. (Org.) **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 51-90.

DIEESE/MDA (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos- Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural / Ministério do Desenvolvimento Agrário) **Estatísticas do Meio Rural 2010-4ª edição**, Brasília, 2011

DELFIM, Antônio Neto et al. **Agricultura e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Estudo Anpes, 1969.

GASQUES, J.G.; BASTOS, E.T. Crescimento da agricultura. **Boletim de conjuntura**, IPEA, mar 2003

GONÇALVES, J. S. – *A taxa de imobilização e o preço da terra: Uma discussão sobre a especulação financeira e defesa patrimonial*. Informações Econômicas, SP, v.23, n.05, mai. 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, IE/UNICAMP. 1996

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, IE/UNICAMP. 1999 2ª. edição

GUANZIROLI, C. E. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Guaramond, 2001.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOFFMANN, R.; NEY, M. Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação** – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

_____. Censos Agropecuários 1985, 1995

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Disponível via: <http://www.INCRA.gov.br>.

MARTINS, J. de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. de Souza. **O poder do atraso. Ensaio de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994

MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) – *Ajuste e fixação de índices de rendimento que formam o conceito de produtividade* . mar. 2005

NOZOE, Nelson . Sesmarias e aposseamento de terras no Brasil colônia –*Revista Economia*, dez 2006

REYDON, Baastian P. **O mercado de terras agrícolas e determinantes de seus preços no Brasil**: um estudo de casos. Campinas, IE/ UNICAMP, 1992. (Tese de Doutorado).

RANGEL, Ignácio. **A questão agrária brasileira**. Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

_____. **A inflação brasileira**. São Paulo, Bienal, 1986a. 139p.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro, Editora: Contraponto. Organização: César Benjamin, 2005

SAYAD. J. **Preço da terra e mercados financeiros**. Pesquisa e Planejamento Econômico,Rio de Janeiro, dez. 1977

TEIXEIRA, Gerson. Agravamento do quadro de concentração da terra no Brasil? **NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, jul. 2011. - Disponível em www.fct.unesp.br/nera

TEIXEIRA, Gerson. O Censo Agropecuário 2006- Brasil e regiões **NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**. Nov. 2009 - Disponível em www.fct.unesp.br/nera

